

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FÍSICA

HEIDIE DA SILVA TORRES

Acessibilidade em Museus Universitários: Um olhar para os Museus da UFU

Uberlândia

2020

HEIDIE DA SILVA TORRES

Acessibilidade em Museus Universitários: Um olhar para os Museus da UFU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Física da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em:

Área de concentração: Física

Orientadora: Silvia Martins dos Santos

Uberlândia

2020

HEIDIE DA SILVA TORRES

Acessibilidade em Museus Universitários: Um olhar para os Museus da UFU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Física da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em Física

Área de concentração: Física

Uberlândia, 15 de dezembro de 2020

Banca Examinadora:

Silvia Martins dos Santos – Orientador (a) (INFIS/UFU)

Adevailton Bernardo dos Santos – Banca examinadora (INFIS/UFU)

Lídia Maria Meirelles – Banca examinadora (INHIS/UFU)

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo estímulo,
carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ter me apoiado em viver este sonho intenso e maluco de ser física. A eles a minha gratidão.

Agradeço às pessoas com quem cruzei caminho nestes 5 anos de graduação; por todos os ensinamentos e vivências, por todas as experiências vividas, sejam elas boas ou não; em tudo houve aprendizado.

Agradeço a oportunidade de ter convivido com tantos professores que têm o meu respeito e admiração, em especial os profs. Mariana, Kagimura, Lúcio e Ana; nesses 5 anos fui amplamente privilegiada por tê-los em minha jornada de constante aprendizado.

Agradeço aos meus colegas de graduação, em especial ao Michel, Adilmar, Guilherme Brilhante, Wanderson, Guilherme Machado, Adriano e Debora, que me fizeram companhia nestes 5 anos de graduação. Vivemos muitas coisas juntos, desde momentos engraçados até os de aflição, e ter tido a amizade de vocês me ajudou a seguir em meu propósito. Sempre os levarei em meu coração.

Agradeço à minha orientadora prof^a Sílvia Martins por ter aceitado viver esta jornada de elaboração de um trabalho comigo. Os aprendizados que obtive com esta parceria me ajudaram a continuar moldando meu senso crítico e potencializaram meu desejo por seguir na ciência. A ela meu sincero agradecimento.

Agradeço à UFU por ter sido minha casa nesses 5 anos. Sonhei por muito tempo com o dia em que eu estaria em uma universidade em que eu me sentiria acolhida e amparada para viver o que tanto vislumbrei: a vida acadêmica. Jamais esquecerei do quanto fui feliz e realizada nesta universidade, bem como a grande oportunidade que tive de estar em uma das instituições de ensino mais potentes de nosso país.

“Cada descoberta nova da ciência é uma porta
nova pela qual encontro mais uma vez Deus, o
autor dela.” (Albert Einstein)

RESUMO

Os museus são instituições oportunas para a promoção da cultura e educação, sendo caracterizados por serem um espaço que preza pela ciência de forma geral, sem se desassociarem do lúdico em suas atividades. Os museus podem ter diversas origens e finalidades, como os museus universitários, que possuem vínculo com as universidades e propagam o saber científico à comunidade externa. Dentro dos museus, porém, é necessário se pensar em ações que o façam ser acessível a todos os públicos, praticando a inclusão por meio do cumprimento de sua função social. Sendo assim, é realizado através deste trabalho um estudo sobre os museus vinculados à Universidade Federal de Uberlândia através do Sistema de Museus, a saber, o Museu Minerais e Rochas, Museu do Índio, Museu Biodiversidade do Cerrado, Museu Universitário de Arte e o Museu Diversão com Ciência e Arte, buscando conhecer a realidade de cada um deles, bem como a relação deles com a universidade, na intenção de compreender quais são as possibilidades em relação à aderência de políticas de inclusão e acessibilidade nesses espaços. Tendo em vista que estes museus carecem de recursos materiais e financeiros, entendemos que grandes mudanças ainda não são passíveis de implementação; porém, por haver o interesse por parte da equipe que os coordena em executar mudanças que possam ser possíveis perante a realidade de cada um, esperamos que dentro do possível os museus possam ser adequar às normas museais.

Palavras-chave: Desafios. Museus. UFU.

ABSTRACT

Museums are opportune institutions for the promoting culture and education, characterized by being a space that values science in general, without disassociating itself from playfulness in its activities. Museums can have different origins and purposes, such as university museums, which are linked to universities and spread scientific knowledge to the external community. Within museums, however, it is necessary to think about actions that make it accessible to all audiences, practicing inclusion through the fulfillment of their social function. Therefore, through this work, a study on museums linked to the Federal University of Uberlândia through the Museum System is carried out, namely, the Minérias e Rochas Museum, do Índio Museum, Biodiversidade do Cerrado Museum, Museu Universitário de Arte Museum and the Diversão com Ciência e Arte Museum, seeking to know the reality of each of them, as well as their relationship with the university, in order to understand what are the possibilities in relation to adherence to inclusion and accessibility policies in these spaces. Bearing in mind that these museums lack material and financial resources, we understand that major changes are not yet capable of being implemented; however, because there is an interest on the part of the team that coordinates them in carrying out changes that may be possible in the face of each person's reality, we hope that, as far as possible, museums can adapt to museum standards.

Keywords: Challenges. Museums. UFU.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Museu de Biodiversidade do Cerrado	39
Figura 2 -	Exposições do Museu de Biodiversidade do Cerrado: animais taxidermizados expostos para visitação pública de forma que possam simular a forma como se inserem em seus ambientes naturais	40
Figura 3 -	Entrada do Museu do Índio	42
Figura 4 -	Museu do Índio: fotos de exposições	43
Figura 5 -	Entrada do Museu Minerais e Rochas	46
Figura 6 -	Sala de exposições no Museu de Minerais e Rochas	47
Figura 7 -	Entrada do Museu Universitário de Arte	49
Figura 8 -	Espaços do Museu Universitário de Arte	50
Figura 9 -	Entrada do Museu Diversão com Ciência e Arte	53
Figura 10 -	Atividades do Museu Diversão com Ciência e Arte	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Fonte de dados	31
Tabela 2 -	Roteiro para análise de conteúdo	34
Tabela 3 -	Indicadores para a análise de conteúdo	34
Tabela 4 -	Equipes dos museus da UFU	56
Tabela 5 -	Características das exposições dos museus vinculados ao SIMU	59
Tabela 6 -	Disposição dos espaços físicos dos museus	61
Tabela 7 -	Acessibilidade nos museus da UFU	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CONSUN	Conselho Universitário
DICA	Diversão com Ciência e Arte
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IARTE	Instituto de Artes
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
INBIO	Instituto de Biologia
INFIS	Instituto de Física
IG	Instituto de Geografia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MUNA	Museu Universitário de Arte
MMR	Museu de Minerais e Rochas
MBC	Museu Biodiversidade do Cerrado
MUSINDIO	Museu do Índio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoas Com Deficiência
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEMMG	Sistema Estadual de Museu
SIMU	Sistema de Museus
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 MUSEUS.....	14
2.1 FUNÇÃO DOS MUSEUS	15
2.2 INCLUSÃO EM MUSEUS.....	23
2.3 MUSEUS UNIVERSITÁRIOS.....	26
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	29
3.2 REFERENCIAL DE ANÁLISE.....	33
3.3 DEFINIÇÃO E REFERENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE ANÁLISE	34
5 OS MUSEUS NA UFU	36
5.1 O SISTEMA DE MUSEUS DA UFU (SIMU).....	36
5.1.1 MUSEU DE BIODIVERSIDADE DO CERRADO	38
5.1.2 MUSEU DO ÍNDIO	42
5.1.3 MUSEU DE MINERAIS E ROCHAS	45
5.1.4 MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARTE.....	48
5.1.5 MUSEU DIVERSÃO COM CIÊNCIA E ARTE	50
6 REFLEXÕES GERAIS SOBRE OS MUSEUS VINCULADOS AO SIMU NO	
CONTEXTO DE MUSEUS UNVIERSTÁRIOS	56
6.1 EQUIPE DOS MUSEUS.....	56
6.2 EXPOSIÇÕES	59
6.3 ESPAÇO FÍSICO	61
6.4 ACESSIBILIDADE.....	64
6.5 DESAFIOS	67
6.6 PAPEL DA UNIVERSIDADE	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A ENTREVISTA	76

1 APRESENTAÇÃO

O texto aqui apresentado possui grande importância pessoal para mim. Aos 8 anos, meu melhor amigo na escola era um aluno surdo, e apesar de nossa comunicação ser limitada pelo fato de que nem ele e nem eu conhecia a Língua Brasileira de Sinais, eu estava sempre determinada a ajudá-lo nas tarefas da escola, emprestando meu caderno para que ele copiasse a matéria e soubesse qual o tema a professora estava abordando naquela aula.

Na minha família, tenho um tio que possui síndrome de Down. Todas as vezes que eu o via, ele me dizia que estava estudando Matemática na escola e que iria passar de ano. Para mim aquilo era super especial, pois além de demonstrar que meu tio gostava de ir para a escola (assim como eu), demonstrava interesse por uma disciplina pela qual eu sempre tive muito apreço. E assim seguiu até meu ingresso na universidade em 2016, quando então meu tio passou a dizer que iria se formar na escola igual eu havia me formado.

Na universidade, sempre estive atenta a atividades que abordassem a inclusão de públicos através de ações acessíveis. Ao mesmo tempo, fui descobrindo que a universidade se fazia presente em vários outros ambientes, como os museus. Por não ter tido tanto acesso a estes locais, fui me fascinando pela possibilidade de estar tão perto de tantos museus, que em sua diversidade abordavam temas novas à minha experiência de vida.

No final do ano de 2018, comecei a desenvolver com a professora Mariana Odashima meu trabalho de Iniciação Científica. Por ver que ela já demonstrava tanto carinho pelo tema de inclusão da comunidade surda ao ensino de Física, tive certeza de que era esse caminho que gostaria de trilhar. E assim foi; desenvolvemos um belo trabalho sobre materiais inclusivos para o ensino de Física a alunos surdos no Ensino Médio.

No final de 2019, tive a oportunidade de começar a me envolver nas atividades realizadas pelo Museu DICA, e em 2020 passei a integrar o quadro de monitores do museu. Em minha mente, esta oportunidade representava uma situação propícia para continuar a desenvolver trabalhos sobre inclusão, agora relacionados com espaços de educação não formal, como os museus.

O grande momento do desenvolvimento de meu Trabalho de Conclusão de Curso chegou. Imediatamente decidi que desenvolveria algo para que ajudasse a tornar os museus vinculados à UFU mais acessíveis e por consequência inclusivos. Procurei então a professora Silvia Martins, atual coordenadora do Museu Dica, para que pudéssemos pensar em como fazer esse trabalho acontecer. Porém, com o passar do tempo, fui conhecendo a realidade destes

museus através das conversas que tive com a professora, bem como com as pesquisas sobre eles, e após longas conversas chegamos a importante conclusão de que era preciso – antes de tudo – conhecer os museus, suas realidades e demandas, para que depois conseguíssemos desenvolver algo prático para auxiliar estes museus no objetivo que outrora foi proposto por mim.

Sendo assim, desenvolvemos este trabalho para que – em um momento inicial – possamos conhecer melhor esses museus, bem como entender como o tema de inclusão é por eles abordado, considerando que suas condições de funcionamento nem sempre são as mais adequadas, e que estes museus dependem de forma direta dos recursos providos pela universidade. Esperamos que em breve possamos expandir este trabalho, trazendo propostas de soluções práticas para auxiliar estes museus no processo de adequação de seus espaços e suas atividades.

2 MUSEUS

Os museus são espaços que possuem diversas finalidades e contam com uma variedade de acervos, possibilitando ao visitante o acesso à cultura e à ciência de forma descomplicada e contínua. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), através de seu estatuto definido em sua Assembleia Geral Extraordinária em 2017 define o museu como:

“uma instituição sem fins lucrativos, permanente, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o património tangível e imaterial da humanidade e do seu ambiente para fins educativos, de estudo e diversão” (ICOM, 2017, em tradução livre).

Inicialmente, nos séculos XVII e XVIII, essas instituições eram espaços onde cidadãos da grande elite europeia guardavam coleções de objetos resultantes de suas expedições às regiões que estavam sendo colonizadas. Essas características configuram a primeira etapa de museus, que como descreve McManus (1992), eram espaços conhecidos como “gabinetes de curiosidades”, e possuíam objetos de todas as áreas do conhecimento, sendo alguns históricos, e outros parte da grande revolução científica que estava começando a acontecer na sociedade; além do mais, somente amigos próximos e integrantes da alta sociedade poderiam ter acesso à essas coleções. Logo após essa época, os museus foram sendo vinculados a grandes instituições de ensino, onde passavam a ser caracterizados como laboratórios de ensino e pesquisa, ganhando características que os diferenciavam quanto à forma como tratavam seus objetos.

Os museus possuíram algumas outras variações importantes ao longo da história. No final do século XVIII, surgiu a segunda etapa de museus (McManus, 1992), caracterizada por trazer ao público a oportunidade de ter acesso aos seus espaços, uma vez que na primeira etapa esse acesso era limitado aos integrantes das elites sociais e a comunidade acadêmica (McManus, 1992; Michelon, 2014; Mendonça, 2014). Já por volta dos anos de 1850, essa geração sofreu alterações importantes; o museu começa a se preocupar em como o público interage com o seu acervo, saindo da ideia anterior de que basta os objetos estarem expostos para que o público tenha uma experiência que não seja superficial. Agora, o museu preza pelo processo de comunicação das informações que aquele objeto possui, buscando que o visitante possa absorver pra si o que através dele é proposto. (McManus, 1992; Michelon, 2014; Mendonça, 2014).

A terceira etapa de museus traz uma alternativa totalmente inovadora aos objetivos antes propostos aos espaços museais; a partir da terceira geração, os museus passaram a dar mais importância ao contexto em que aquele tema da exposição estava inserido (momento cultural e político, cenário científico em que aquilo foi descoberto ou anunciado), trazendo ao público a oportunidade de ter acesso a um espaço que agora preza por um caráter mais educativo, sem necessariamente se preocupar em abordar os objetos da exposição como ferramentas de uma educação escolar, caracterizada por ser um processo de educação formal (Bianconi, Caruso, 2005), pois o contexto educativo que o museu busca trazer é o de educação não formal, onde o visitante tem acesso a atividades que buscam desenvolver o lúdico (McManus, 1992; Bianconi, Caruso, 2005; Michelin, 2014; Mendonça, 2014).

2.1 FUNÇÃO DOS MUSEUS

Os museus exercem importantes funções perante a sociedade, fazendo um elo entre o que vem sendo produzido pela humanidade e o público geral, sendo estes produtos físicos, históricos ou conceituais. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) traz em seu código de ética (ICOM, 2017) oito grandes funções que são esperadas de instituições ditas museus:

- i. os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade;
- ii. os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento;
- iii. os museus mantêm referências primárias para construir e aprofundar conhecimentos;
- iv. os museus criam condições para fruição, compreensão e promoção do patrimônio natural e cultural;
- v. os recursos dos museus possibilitam a prestação de outros serviços de interesse público;
- vi. os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades das quais provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem;
- vii. os museus funcionam de acordo com a legislação;
- viii. os museus atuam com profissionalismo.

Assim, de acordo com o ICOM (2017), esses são os princípios mínimos para orientar o trabalho dos museus e de suas equipes. Entendemos, portanto, que para discutir qualquer questão relacionada aos museus, é importante refletir sobre esses princípios e as práticas dos museus.

- i. Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade**

Como destacado no breve histórico de museus apresentado anteriormente, os museus nasceram com o intuito (particular) de guardar e expor objetos que representavam diferentes culturas ou com valor histórico, e evoluíram, num primeiro momento, como espaços de estudo e pesquisa (McManus, 1992). Parece-nos, portanto, natural que os museus tenham destacado como função importante a preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade. Além disso, no processo de consolidação dos museus, foi-se desenvolvendo seu potencial educativo e evoluindo a maneira como estes se relacionavam com a sociedade. Desse modo, não apenas a preservação deve ser algo caro para os museus, mas a interpretação e promoção desse patrimônio representa uma função importante que dá sentido e significado a esses espaços.

É nesse sentido que o primeiro tópico do código de ética do ICOM (2017) estabelece esses papéis como importante responsabilidade dos museus:

Os museus são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material e imaterial. As autoridades de tutela e todos os responsáveis pela orientação estratégica e a supervisão dos museus têm como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim. (ICOM, 2017)

Para além da carga filosófica que o museu carrega - possibilitando ao visitante momentos de compreensão acerca da ciência e da história - seu espaço físico é preenchido por objetos que constituem o acervo da instituição. Sendo assim, é dever do museu preservar seu patrimônio, uma vez que a sociedade no geral usufrui dele.

Nesse sentido, Achiam & Sølberg (2017) reforçam a importância que existe na preocupação do museu em ser vetor na conservação da história da humanidade. Os museus já possuem a prática de fazer a conservação de materiais físicos, a dizer, objetos que relatam nosso passado. Porém, Dubuc (2011, apud Achiam & Sølberg, 2017) traz à tona a reflexão de que conservar a cultura e patrimônio imaterial traz à experiência do visitante possibilidades outrora limitadas.

ii. Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento

No contexto de proteção e interpretação do patrimônio natural e cultural, podemos destacar a responsabilidade dos museus em cuidar e preservar seu acervo, que uma vez que estes constituem-se como importantes patrimônios para a sociedade. Assim, o documento do

ICOM (2017), que estabelece os deveres dos museus, reforça essa responsabilidade e estabelece esse compromisso como algo essencial para as instituições em todo o mundo:

Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (ICOM, 2017)

Assim, os compromissos institucionais dos museus se entrelaçam com os compromissos das instituições com as quais esses espaços estão vinculados, como prefeituras, organizações não governamentais, instituições de pesquisa ou universidades (Marandino, 2016; Bruno, 1997, Meirelles, 2015).

iii. Os museus conservam testemunhos primários para construir e aprofundar o conhecimento

Os museus carregam em si a capacidade de transportar a história através do tempo e espaço (Dubic, 2011; Achiam & Sølberg, 2017), e essa característica traz aos usufruidores do espaço a oportunidade de viver novas experiências, e através delas se expressarem e com elas interagirem.

Nesse sentido, apesar da importância que as descobertas atuais trazem à sociedade, é importante que o museu enfatize a grandeza que os primeiros feitos da humanidade possuem. Para isso, é preciso que haja cuidado quanto ao tipo de acervo do museu, bem como sua disponibilidade ao público, sendo para visitação ou para recurso de pesquisa. Além disso, trabalhar com parcerias entre museus que possuem objetivos similares enquanto instituição pode gerar positivos resultados na busca por um acervo mais autêntico.

Assim, o código de ética do ICOM (2017) destaca a importância de que os conhecimentos compartilhados nos museus dialoguem com as fontes primárias e que estas instituições possam ser refúgio para que esses conhecimentos sejam protegidos:

Os museus têm responsabilidades específicas para com a sociedade em relação à proteção e às possibilidades de acesso e de interpretação dos testemunhos primários reunidos e conservados em seus acervos. (ICOM, 2017)

Com isso, fica evidente a responsabilidade que o museu carrega perante o espaço que ocupa dentro da sociedade contemporânea. Para mais, traçar parcerias com instituições com propósitos semelhantes auxilia a alcançar novos objetivos outrora propostos, buscando sempre expandir os produtos que os museus têm a oferecer.

iv. Os museus criam condições para o conhecimento, a compreensão e a promoção do patrimônio natural e cultural

No processo de consolidação dos espaços museais, consideramos importante destacar o fortalecimento e estabelecimento de um intrínseco papel educativo dessas instituições (Marandino, 2008, Achiam & Sølberg, 2017, McManus, 1992). Assim, a preocupação com a relação do público com o acervo e objetivos dos museus deve ser uma preocupação cotidiana nesses espaços, garantindo que esse acervo esteja disponível ao público e que esse possa ser compreendido por esse (Marandino, 2008, McManus, 1992). Nesse sentido, o princípio 4 do código de ética do ICOM (2017) evidencia esse papel, reforçando-o como essencial para a existência dos museus em todo mundo:

Os museus têm o importante dever de desenvolver o seu papel educativo atraindo e ampliando os públicos egressos da comunidade, localidade ou grupo a que servem. Interagir com a comunidade e promover o seu patrimônio é parte integrante do papel educativo dos museus. (ICOM, 2017)

Nesse sentido, apesar de não ser uma instituição diretamente ligada às instituições escolares, os museus podem contribuir de forma significativa para a promoção do acesso à cultura e à educação não - formal. O museu pode se valer de recursos, como exposições fixas ou temporárias, publicações, ou eventos de divulgação, sempre respeitando a política do museu, a comunidade local e os parâmetros científicos, pautando com a verdade nos serviços prestados.

Sendo assim, o museu pode ser uma ligação importante entre o visitante e o acesso à ciência. Achiam & Sølberg (2017) reforçam que o museu deve desenvolver atividades que tenham como objetivo envolver o visitante com a ciência, visando o desenvolvimento de habilidades e até mesmo a intensificação do interesse deste indivíduo com o tema. Isso enriquece o trabalho do museu, bem como traz frutos aos envolvidos nas atividades entregues pela instituição, demonstrando que o museu tem grande potencial para, através de seu papel educacional, fazer valer seu âmbito científico.

Além disso, Achiam & Sølberg (2017) lembram que ao longo dos anos é possível encontrar grupos sociais que não estejam incluídos nos planejamentos dos museus, mesmo que

de forma não intencional. Isso também pode ser observado em exposições e atividades que muitas vezes não favorecem a participação de todos, como as Pessoas Com Deficiência, que necessitam que estas ações sejam acessíveis a elas, tanto fisicamente quanto atitudinalmente (Achiam & Sølberg, 2017). Sendo assim, entendemos que esse princípio evidencia uma preocupação que os museus devem ter na relação com a sociedade, levando em conta a diversidade de público que o visita ou pode visitar, facilitando a comunicação com os diversos setores da sociedade, bem como os diferentes perfis de indivíduos que a compõe. Assim, entendemos ser importante destacar que o papel social dos museus deve fazer com que as discussões sobre a importância de se incluir o maior número possível de públicos, esteja presente nos planejamentos dessas instituições.

Sendo o museu agente humanizador do processo de desenvolvimento do homem e da humanidade de forma universal (Rússio apud Meirelles, 2015), entendemos que os museus devem repensar sua estrutura física e atitudinal, pois a responsabilidade de proporcionar plenas condições de desenvolvimento a todos os indivíduos também é responsabilidade dos museus, que se caracterizam como espaço de educação não formal (Bianconi, Caruso, 2005), onde o visitante tem acesso à educação de forma não convencional. Dentro das possibilidades do museu, é imprescindível que ele crie condições para o acesso à informação a todos os seus públicos, de forma igualitária, exercendo assim a acessibilidade de suas ações a todo e qualquer visitante (Sarraf, 2008).

Este princípio do código de ética do ICOM (2017) tem relação direta e forte com o objetivo do trabalho desenvolvido, que busca evidenciar as condições de existência e funcionamento dos museus vinculados à UFU através do SIMU, bem como a existência de políticas de inclusão e acessibilidade dentro das atividades realizadas por eles. Acreditamos que os museus devem buscar trabalhar de forma constante para que todos os públicos tenham acesso às suas instalações e às atividades desenvolvidas, e que tenham o amparo necessário a cada situação, jamais abandonando a preocupação de discutir a inclusão em seus espaços através de ações de acessibilidade. O museu deve estar preparado para servir da melhor forma possível o seu público (Sarraf, 2008), sem distinção de grupos sociais, repelindo de suas dependências a exclusão social.

v. Os recursos dos museus possibilitam a prestação de outros serviços de interesse público

Achiam & Sølberg (2017) definem que os museus podem tomar ações para participar ativamente ou para encorajar os visitantes a participarem ativamente no tratamento de questões sócio científicas. Isso reforça o papel político que o museu possui perante à sociedade em que está inserido. O museu enquanto instituição social não pode se ausentar de abordar os temas relevantes à sociedade, a fim de que seus frequentadores criem em si a consciência e a criticidade requeridos pelo assunto. Além disso, os museus podem defender causas relevantes, demonstrando seu apoio e desejo para que mudanças necessárias sejam tomadas e a sociedade usufrua de uma melhor realidade.

Nesse contexto, o princípio 5 do código de ética do ICOM (2017) destaca que, para além das exposições, os museus podem oferecer outras ações que permitam a aproximação com o público e a ampliação de suas funções educativas, por meio de cursos, oficinas, shows e uma variedade de outros recursos:

Os museus utilizam uma ampla variedade de especializações, capacitações e recursos materiais que têm alcance mais abrangente que o seu próprio âmbito. Isto permite aos museus compartilhar os seus recursos e prestar outros serviços públicos como atividades de extensão. Estes serviços devem ser realizados de forma a não comprometer a missão do museu.

(ICOM, 2017)

Assim, os museus podem utilizar a abrangência que possuem para desenvolver ações que possam auxiliar a sociedade em outros âmbitos, que tenham relação com o trabalho realizado pela instituição. Auxiliar na identificação de objetos que não possuem um registro legal, autenticar estes objetos e avaliar seu preço são algumas das vertentes possíveis.

Os museus podem desenvolver parcerias que tragam benefícios aos envolvidos. Essas colaborações podem ser realizadas com os mais diversos parceiros (órgãos públicos e/ou privados), pensadas a fim de que o museu tenha recursos suficientes para realizar tal ação, visto que o museu é uma instituição sem fins lucrativos (ICOM, 2017), bem como para proporcionar a partilha de conhecimentos entre as instituições e quem dentro delas pensou tais ações (Achiam & Sølberg, 2017). Pode-se também pensar em parcerias que tragam atividades em novos formatos, além de proporcionar a oportunidade do público se envolver no sentido de contribuir de forma profissional ao desenvolvimento dessas atividades.

vi. Os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades de onde provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem

A responsabilidade social dos museus não se relaciona somente com o público que visita suas exposições ou atividades complementares. Uma vez que os acervos dessas instituições são patrimônios naturais, culturais e científicos, eles de alguma forma contam a história e representam os valores de comunidades específicas: um museu de arte é principalmente um cenário de valorização das artes; um museu etnográfico tem o compromisso de valorizar e respeitar a etnia ou etnias que representam e; os museus de ciências possuem um compromisso com o universo científico (sua história, metodologia e descobertas).

Nesse contexto apresenta-se o princípio 6 do código de ética do ICOM (2017), estabelecendo esse compromisso com as comunidades de que provêm os acervos dos museus:

Os acervos dos museus refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm. Desta forma, seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns, podendo envolver fortes referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política. Consequentemente, é importante que a política do museu corresponda a esta possibilidade.

(ICOM, 2017)

O museu possui a importante função de retratar através de exposições, conceitos e valores que se relacionam a essas comunidades e, ao mesmo tempo, respeitar e colaborar com a comunidade, compreendendo que a posse de certos objetos do acervo pode ser requisitada à devolução para a localidade a quem uma vez já pertenceu.

vii. Os museus funcionam dentro da legalidade

O museu não existe por conta própria, está inserido no mundo e deve estar sujeito aos parâmetros estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, reforçando a ideia de que o museu é museu onde quer que esteja, mas deve considerar as especificidades do país, estado ou cidade onde se encontra instalado ou ainda a instituição (universitária, governamental, privada, entre outras) a que está vinculado, o princípio 7 do ICOM (2017) reforça esse compromisso legal que esses espaços devem cumprir:

Os museus devem funcionar de acordo com a legislação internacional, regional, nacional ou local em vigor e com compromissos decorrentes de tratados. Além disso, a autoridade de tutela deve cumprir todas as

obrigações legais ou outras condições relativas aos diferentes aspectos que regem o museu, seus acervos e seu funcionamento.

(ICOM, 2017)

Assim, seus objetivos e ações devem estar em conforme com as leis do local onde está inserido, das instituições a que está vinculado e das localidades com quem possui grande ligação. O documento oficial do museu deve, ainda, ser desenvolvido em conformidade com a legislação que foi definida para os museus, bem como o gestor prioritário deve pautar seu exercício em guiar as ações do museu para a obediência dessas leis.

viii. Os museus atuam com profissionalismo

O museu enquanto instituição deve estar de acordo com normas e legislações, a conduta dos integrantes da equipe do museu também deve estar pautada em ética e profissionalismo. Questões pessoais que interfiram no funcionamento da instituição, devem ser trabalhadas e tratadas, a fim de que o profissional ali presente exerça sua função da forma mais correta possível. É preciso que ele, dentre outras coisas, conheça qual a legislação que rege a existência do museu, detenha-se a exercer relações profissionais de boa qualidade, e saiba separar seus interesses pessoais dos interesses da instituição, para que possa ser um bom representante do museu.

O museu é uma instituição séria, assim como os projetos e ações realizados por ele. Os integrantes da equipe que compõem o museu devem ter consciência do trabalho que por eles pode ser executado, levando conhecimento à sociedade. São eles que irão em busca de convênios e parcerias que agreguem ao trabalho do museu, bem como recursos - quando o museu já não os possui, tendo em mente que todo trabalho realizado deve ter como objetivo principal a conexão do público com a ciência em sua existência (Achiam & Sølberg, 2017).

É nesse sentido que o princípio 8 do código de ética do ICOM (2017) estabelece a responsabilidade profissional para o funcionamento do museu:

Os profissionais de museus devem observar as normas e a legislação vigentes, manter a dignidade e honrar sua profissão. Devem proteger o público contra comportamentos profissionais ilegais ou antiéticos. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas para educar e informar

ao público sobre os objetivos, finalidades e aspirações da profissão a fim de desenvolver uma melhor compreensão a respeito das contribuições que os museus oferecem à sociedade.

(ICOM, 2017)

Sendo o museu uma instituição de grande importância perante a sociedade, e é necessário que os responsáveis por ele tenham consciência dos conformes em que a instituição deve estar inserida. Todas as ações do museu devem estar pautadas em como que a instituição irá servir à sociedade em que está inserido, estando sempre atento às necessidades internas, como a conservação de seu acervo, o suprimento de suas necessidades econômicas, bem como às possibilidades externas que o museu dispõe, como a disponibilidade do museu em ser útil à execução de atividades realizadas por outras instituições (Achiam & Sølberg, 2017). Todas as tomadas de decisões, porém, devem estar em harmonia com as diretrizes que regem a vida de uma instituição museal.

2.2 INCLUSÃO EM MUSEUS

Como McManus (1992) explica em seu trabalho, os museus nasceram da demanda da grande elite européia em armazenar e exibir seus grandes triunfos oriundos de suas expedições. Porém, a partir dos séculos XVIII e XIX, estas instituições passaram a ter um significado diferente, focando em seu papel social, onde a população em geral agora também pode usufruir destes espaços (Sarraf, 2008).

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um documento oficial e internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que descreve os direitos de todos os indivíduos, dizendo em seu artigo II que não será feita distinção de nenhum ser humano para usufruir dos mesmos. Isso garante que os direitos das Pessoas Com Deficiência (PCD's) sejam amparados por lei. Mas, apesar deste direito já estar previsto para todas as pessoas, sem nenhuma restrição, os PCD's ainda não possuíam algum documento legal que tratasse sobre seus direitos específicos, visto que até o momento, eles sofriam preconceitos de forma indiscriminada, principalmente se não fossem oriundos de famílias socioeconomicamente mais bem posicionadas (Sarraf, 2008). Desde a criação da declaração que garante os direitos humanos, vários movimentos em prol dos direitos das PCD's foram ganhando espaço e voz, tendo o movimento Inclusão Social como um dos mais importantes, vigente até os dias atuais (Sarraf, 2008). Este movimento ganhou respaldo com a Convenção das Nações Unidas sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que aconteceu em 2006, em Nova Iorque. Nesta reunião, foi criado um documento oficial facultativo, que contém os direitos básicos e inerentes à Pessoa Com Deficiência. Este documento inclusive traz a definição de PCD's adotada pela ONU, como sendo "*aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.*" (ONU, 2006). A partir de 2008, os direitos previstos por esta convenção entraram em vigor, sendo um marco histórico na luta pela garantia dos direitos destas pessoas.

No Brasil, as decisões tomadas pelas Nações Unidas ganharam oficialidade a partir de 2008, quando através do Decreto Legislativo Nº 186, o país reconhece o texto produzido na convenção. Em 2009, o Brasil aderiu à convenção, se tornando um país signatário na ONU. E, apesar de alguns direitos das Pessoas Com Deficiência já estarem amparados pela Constituição Federal de 1988, como acesso à educação especializada, integração social e direito à remuneração pelo trabalho prestado, havia falta de um documento mais específico, que abrangesse mais detalhes sobre o tema. Em 2015 então, é criada a Lei Nº 13.146, dita Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ela é baseada no documento criado pela ONU e no Decreto Nº 186, e visa "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (Lei Nº 13.146, de 2015). Este estatuto traz os direitos das PCD's a serem providos pela federação e afins, ou seja, toda e qualquer instituição que esteja atrelada à República Federativa do Brasil deve obedecer e zelar pelo cumprimento da oferta destes direitos. A partir desta data, várias instituições da sociedade passaram a se preocupar em incluir as Pessoas Com Deficiência em seus espaços e ações. Mas o que é a inclusão?

Nesse sentido, Martins, em sua tese de doutorado, traz considerações importantes sobre como a inclusão social deve ser praticada em todos os âmbitos possíveis:

A prática da inclusão social assenta no modelo social da deficiência. Ao contrário do modelo médico da deficiência foi elaborado por pessoas com deficiência. Implica um esforço bilateral entre a sociedade e a pessoa com deficiência visual no sentido de juntos

encontrarem soluções para que ocorra a igualdade de oportunidades em todos os cidadãos. É a sociedade que é responsabilizada por não permitir o desenvolvimento pleno das capacidades das pessoas com deficiência e por isso é ela que tem o dever de sofrer alterações, nomeadamente, através da eliminação de barreiras arquitectónicas e comunicacionais.

(Martins, 2008, p. 30)

No começo da era dos movimentos que reivindicavam os direitos das PCD's, o modelo que estava em vigor era o de integração destas pessoas ao meio social em que estava inserido, onde por meio de laudos médicos era determinado que estas pessoas possuíam problemas que os caracterizavam como doentes, sendo então responsáveis em se adaptarem às situações requeridas, demonstrando que apenas eles deveriam se esforçar para suprirem suas especificações, sem nenhum esforço da sociedade para benefício de ambas as partes (Martins, 2008). Porém, em meados dos anos de 1980, surge o modelo de inclusão, que preza por envolver a sociedade em ações que garantem os direitos da Pessoa Com Deficiência. Este modelo foi desenvolvido por PCD's, o que o torna mais próximo do adequado e almejado por eles, proporcionando mudanças físicas, comunicacionais e psicossociais (Martins, 2008). Tem-se assim então, a definição de inclusão social como sendo *“um processo que visa a construção de uma nova sociedade mediante a transformação de ambientes físicos e das mentalidades de todas as pessoas”* (Martins, 2008).

A inclusão em museus passa por praticar a acessibilidade, que é tanto defendida pelos movimentos de Inclusão Social. Como Sarraf (2008) define, algo é dito acessível quando pode ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive por quem possui mobilidade reduzida. Porém, quando se aborda a acessibilidade em espaços museais, deve-se ter a consciência de que vários fatores estarão influenciando a oferta deste direito, como Martins (2013) exemplifica em seu trabalho como sendo intelectuais, emocionais, culturais ou financeiras. A autora ainda reforça que:

No que se refere aos museus, a influência do modelo social da deficiência tem-se traduzido numa clara oportunidade para serem alteradas as práticas tradicionais que caracterizam o modo habitual de se receberem os públicos com deficiência. Sob o ponto de vista social,

não há dúvidas que, ao longo dos tempos, o significado da deficiência tem oscilado no modo como se traduziu no conjunto dos valores coletivos. Desde sempre, foi do senso comum, a criação de uma imagem ligada à pessoa com deficiência que tanto poderia ir desde a personificação de um pecado como a de um super-heróis que triunfava perante a “tragédia” da sua situação de incapacidade.

(Martins, 2013, pág. 1)

Museus e centros culturais que podem ser considerados inclusivos e acessíveis conseguem abordar estes fatores outrora citados, de modo a implantá-los em seus espaços e suas ações.

Mas como esta acessibilidade pode ser reconhecida em um museu?

Sarraf (2008) aborda em seu trabalho as situações em que a acessibilidade gera a inclusão de forma adequada. Segundo a autora, as exposições presentes no museu, bem como os serviços prestados pelo espaço à comunidade, como programas de formação “devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo a autonomia dos usuários”. Entretanto, no contexto brasileiro, ainda faltam documentos mais específicos, como as políticas públicas, que direcionem as maneiras de possibilitar a acessibilidade aos espaços culturais, havendo somente um documento desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dito Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003, que “*dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal*”, respaldando então os museus e suas práticas inclusivas.

2.3 MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Desde os primórdios de sua existência, as universidades trazem em seu seio a essência de serem instituições de ensino que prezam pela independência e pela difusão de seus produtos de forma universal (Ribeiro, 2013). Segundo a autora, as características das universidades se acentuam a partir do século XVIII, quando essas instituições decidem também difundir os conhecimentos científicos, conhecimentos estes que se tornaram mais intensos com o advento das guerras mundiais.

Inicialmente as instituições universitárias foram adquirindo seus objetos através de doações feitas, ou até de compras ou pesquisas de campo (Meirelles, 2015). Elas faziam uso dos gabinetes de curiosidades para momentos de observação, classificação e experimentação

dos fenômenos que originavam tais seres e objetos, através de sua história (Almeida, 2001). Com o surgimento das disciplinas de cunho científico, as universidades passaram a abraçar os estudos experimentais (Mendonça, 2014), contribuindo para que a universidade fosse consolidando seus ideais. Através da aderência do âmbito da ciência, a universidade conseguiu ampliar seu campo de estudo, tendo agora em seu acervo objetos e aparatos que, através de sua observação, dão embasamento ao estudo de fenômenos que estavam sendo descobertos na época.

No início os gabinetes de curiosidades e os aparatos de cunho científico realçaram dois dos três pilares defendidos pela universidade (Bruno, 1997; Meirelles, 2015): ensino e pesquisa. Ou seja, até o final do século XIX (e na primeira metade do século XX) os museus universitários tinham seu trabalho focado no ensino e na pesquisa, sendo caracterizados como grandes laboratórios de desenvolvimentos de atividades relacionadas aos cursos da universidade. A partir do século XX, esses museus começaram a desenvolver suas ações com uma maior preocupação com o público externo, valorizando, então, o conceito de extensão para o “leque” das suas funções enquanto museu universitário.

No cenário brasileiro, apesar dos museus terem surgido em data anterior às universidades (Meirelles, 2015), foi somente com a consolidação dessas instituições que alguns dos grandes museus em nosso país - como o Museu Nacional no Rio de Janeiro - passaram a ter maior apoio para sua existência (Bruno, 1997), visto que eles precisam de recursos para sua sobrevivência, por serem instituições sem fins lucrativos, como destaca o ICOM (2017), recursos estes que a universidade pode prover. A inserção dos museus nas universidades trouxe a possibilidade de uma maior organização dos artefatos outrora possuídos pelas instituições, que os utilizavam para o fortalecimento do ensino e da pesquisa; agora, os museus auxiliam no reforço dos pilares defendidos pelas universidades, contribuindo para que o conhecimento formulado dentro da academia chegue à comunidade externa, fazendo valer sua vertente de extensão (Ribeiro, 2013). A autora, porém, reforça que o museu ainda não é reconhecido como local onde os três pilares em sua totalidade são efetivos; muitas vezes há uma desconexão do museu com a função de pesquisa, desenvolvida dentro da universidade.

Para que seja possível entender a questão museal do Brasil, é preciso contextualizar o cenário destes museus no país, levando em consideração o contexto em que o país se encontra, como a sociedade se relaciona com a cultura e quais são as características dos museus que existem no país (Scheiner apud Meirelles, 2015), visto que o museu é um fenômeno social e uma contextualização social que evidencie como os brasileiros interagem com estas instituições

ajuda na compreensão de alguns porquês em relação a isto, como o porquê de nossa sociedade não ter o costume de frequentar espaços de cultura, como os museus. Estes fatos afetam diretamente na relação dos museus brasileiros com o seu público, evidenciando as características mais marcantes nos museus brasileiros.

Bruno (1997), define em seu trabalho que os museus universitários no contexto brasileiro são “*instituições científicas com responsabilidades culturais e sociais, junto às sociedades que lhes proporcionam apoio financeiro, matéria-prima para o trabalho e, sobretudo, desafios constantes*”. Mas a compreensão dos museus universitários em nosso país vai além de uma definição formal.

Dentre os museus universitários no Brasil, há características que os diferem um dos outros, como por exemplo o grupo de museus com tipologias semelhantes e o grupo com constituições jurídicas semelhantes (Meirelles, 2015). Dentro das tipologias, temos que os museus podem abordar várias vertentes científicas, como Ciências Humanas, Ciências Exatas e outros. Já as constituições jurídicas apontam qual órgão público ou privado está na função de manter o museu com recursos para a manutenção de seu funcionamento, sendo que os órgãos públicos podem ser de âmbito municipal, estadual ou federal, órgãos estes que fomentam os recursos direcionados às instituições universitárias onde esses museus universitários se encontram.

Quanto aos museus presentes nessas instituições, vale a reflexão de que a eles é designado o termo museu universitário, ou seja, museu da universidade, porém a realidade que encontramos no Brasil demonstra que os museus estão ligados apenas de forma administrativa às universidades, mostrando que estes museus podem ser considerados somente inseridos na universidade. Meirelles (2015) define em seu trabalho o museu universitário como sendo um museu incorporado à todas as políticas e ações desenvolvidas pela universidade, tendo uma maior visibilidade da universidade, e não somente o repasse de recursos para sua sobrevivência, como é a realidade de muitos museus, que são vistos como museus na universidade.

3 METODOLOGIA

Através deste trabalho, buscamos compreender a realidade dos cinco museus universitários vinculados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Museu Universitário de Arte (MUnA); Museu do Índio (MUSINDIO); Museu de Minerais e Rochas (MMR); Museu da Biodiversidade do Cerrado (MBC) e; Museu Diversão com Ciência e Arte (Dica) - com especial interesse no que se refere às ações de inclusão presentes nos mesmos.

Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa (Lüdke, André, 1986) com o intuito de organizar informações acerca dos cinco museus, que são vinculados ao Sistema de Museus (SIMU) da UFU, com o intuito de evidenciar seus objetivos e relações com o público e, em especial, conhecer como os museus e suas equipes se relacionam com as questões de inclusão e as principais dificuldades enfrentadas com relação a essa questão.

Bogdan e Biklen (apud Lüdke e André, 1986) orientam que, para um trabalho seguir a abordagem qualitativa, é necessário dentre outros requisitos, haver contato direto do pesquisador com o ambiente e situação que está sendo investigada; além disso, os autores reforçam que: os dados a serem coletados precisam ser de caráter descritivo, o processo tem maior importância que o produto final, o significado que as pessoas dão ao tema necessita de atenção especial, e não há preocupação por parte do pesquisador em comprovar hipóteses outrora levantadas.

Acreditamos que conhecendo os museus, conseguimos entender as possibilidades e desafios que permeiam a implementação de ações inclusivas, que visam buscar tornar estes locais cada vez mais acessíveis, dentro da realidade de cada um deles, visto que, apesar de estarem em um contexto de relação direta com a universidade, possuem desafios específicos dos museus universitários a serem vencidos.

3.1 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Para a construção dos dados dessa pesquisa foram realizadas buscas nos sites e entrevistas com os coordenadores desses museus. Destacamos a exceção da construção de dados para o Museu Dica, cuja coordenadora do Museu Dica, que é orientadora desse trabalho e a autora é parte da equipe educativa e monitora do museu (há um ano). Assim, para a construção dos dados do Dica, além das informações disponíveis no site, foram considerados

documentos do museu, registros de projetos e atividades e cadernos de agendamento. Além disso, foi incluída uma breve entrevista com um ex-coordenador do museu.

Assim, para a construção do material a ser analisado, o trabalho foi dividido nas seguintes etapas:

1. Obtenção da lista de museus vinculados à UFU, a saber, os que estão vinculados ao SIMU;
2. Consulta aos websites e mídias sociais dos museus selecionados, bem como leitura de trabalhos desenvolvidos que possuem relação com estes museus;
3. Consulta aos documentos do Museu Dica;
4. Elaboração de um questionário semiestruturado, baseado nas informações obtidas, com questões abertas de caráter norteador;
5. Entrevista com os coordenadores dos museus;
6. Transcrição das entrevistas;
7. Análise dos dados obtidos através das entrevistas e dos dados construídos a partir da pesquisa bibliográfica e documental;

Destacamos que as entrevistas com os coordenadores dos museus foram uma das fontes de obtenção de dados para a pesquisa e no decorrer do texto estes coordenadores serão identificados a partir da sigla de cada museu, por exemplo, a coordenadora do Museu do Índio será identificado como “coordenadora MUSINDIO”. Além disso, buscamos informações nos websites dos museus (MBC, 2020; MUSINDIO, 2020; DICA, 2020; MMR, 2020; MUnA, 2020) e artigos, teses e dissertações sobre eles (Meirelles, 2015; Nunes, 2017; Alves, Sales, Martins, 2021; Santana, Nogueira-Ferreira, 2009). As fontes de pesquisa referentes a cada museu estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Fonte de dados

Museu	Fonte de dados
Biodiversidade do Cerrado	Meirelles, 2015 (tese) MBC, 2020 (site) Coordenadora MBC (entrevista) Santana, Nogueira-Ferreira, 2009 (artigo)
Museu do Índio	Meirelles, 2015 (tese) MUSINDIO, 2020 (site) Coordenadora MUSINDIO (entrevista)
Museu Diversão com Ciência e Arte	Meirelles, 2015 (tese) DICA 2020 (site) Documentos Dica Ex-coordenador DICA (entrevista) Alves, Sales, Martins, 2021 (artigo) Nunes, 2017
Museu Minerais e Rochas	Meirelles, 2015 (tese) MMR, 2020 (site) Coordenador MMR (entrevista)
Museu Universitário de Arte	Meirelles, 2015 (tese) MUnA, 2020 (site) Coordenadora MUnA (entrevista)

Fonte: A autora.

A primeira etapa realizada foi de busca por museus regionais que tivessem vínculo com a Universidade Federal de Uberlândia, através de seu Sistema de Museus. Lüdke e André (1986) definem esse momento como de exploração, sendo uma das três grandes etapas de um trabalho que busque a investigação de algum tema.

Após a escolha dos museus, foi dado início à coleta de dados para a pesquisa. A segunda etapa consistiu em uma pesquisa documental, em que buscamos informações, foram selecionados trabalhos escritos sobre cada museu, como artigos, teses e dissertações; e websites dos museus quando existentes. Além disso, foram consultados documentos internos do Museu Dica, uma vez que a autora (que também é sua orientadora) são parte da equipe de trabalho do museu. Essas fontes auxiliaram no processo de compreender a história e evolução destes

espaços, sendo elas as fontes relevantes ao trabalho (Lüdke e André 1986) pois trazem à tona registros importantes do museu em sua trajetória, seja em formato de arquivos ou de documentos.

Na etapa seguinte do trabalho, foi decidido que seria feito contato inicial com os coordenadores destas instituições, sem exclusão inicial de nenhum deles. Devido ao momento delicado que o mundo enfrenta em virtude da epidemia do Coronavírus no ano em que este trabalho foi realizado, por questões sanitárias, o primeiro contato foi feito através de e-mail. Foi enviado um convite por escrito a cada um deles, com o acréscimo de um formulário contendo 6 perguntas iniciais, que fazem parte do questionário que será descrito a seguir. Essa fase é em sequência a segunda mais importante do trabalho, pois diz respeito ao processo de decisão dos dados a serem utilizados em seu trabalho, que segundo Lüdke e André (1986) contribuem para a compreensão e interpretação do fenômeno estudado. Ainda sob referencial de Lüdke e André (1986), foi escolhida a técnica de entrevista visando a captação imediata e corrente das informações que buscamos obter.

Com a organização desses primeiros dados coletados, o questionário utilizado na entrevista foi elaborado. Contendo 15 perguntas, o questionário deu às entrevistas um caráter semiestrutural, ou seja, tanto o entrevistador quanto o entrevistado tinham a liberdade de extrapolar o conteúdo do questionário a fim de obter maiores informações. Para isso, foi pensando em um questionário aberto, com perguntas que dariam margem à interpretação de cada coordenador ao assunto, levando em consideração a vivência e a realidade do museu que representa. As 6 primeiras perguntas deste questionário fizeram parte do formulário enviado aos futuros entrevistados, para que se possível, fossem respondidas com antecedência à entrevista e dessem suporte ao entrevistador, no sentido de confirmar algumas informações outrora obtidas.

Na etapa de entrevista, os coordenadores dos museus selecionados aceitaram participar da pesquisa, mas apenas 3 dos 5 convidados responderam ao formulário enviado, sendo assim, aos coordenadores que não responderam ao formulário as perguntas foram realizadas o ato da entrevista virtual. Os coordenadores dos museus Biodiversidade do Cerrado (MBC), Museu Universitário de Arte (MUnA), Museu de Minerais e Rochas (MMR) e Museu do Índio (MUSINDIO) estão em cargo vigente à frente do museu que representam. Quanto à coordenação do Museu Diversão com Ciência e Arte, foi convidado o coordenador do museu no período de janeiro à julho de 2019, pelo motivo de a coordenadora atual do museu ser minha referida orientadora de pesquisa. Seguindo as recomendações de distanciamento social, as

entrevistas foram realizadas em formato virtual, através da plataforma de videoconferência Meet.

Como acordado previamente com os convidados, os áudios de cada entrevista foram gravados através de um aplicativo de celular que permite a gravação em formato MP4. Essa gravação é importante para a futura transcrição dos dados obtidos através das entrevistas, bem como para a categorização futura desses dados (Júnior, Melo, Santiago, 2010).

Com as entrevistas gravadas, foi feita a transcrição dos áudios obtidos. Foi feita a escolha de transcrever os áudios de forma mais fiel possível aos diálogos criados durante as entrevistas, de forma a preservar o máximo de informações obtidas, visto que, segundo Manzini (2008), o processo de transcrição, mesmo quando feito de forma fiel, implica em perda de informações que foram captadas durante a entrevista. Essas transcrições originaram uma das fontes escritas de dados utilizadas na pesquisa.

3.2 REFERENCIAL DE ANÁLISE

Para a análise dos dados, buscamos apoio na análise de conteúdo (Júnior, Melo, Santiago, 2010; White, Marsh, 2006; Hsieh, Shannon, 2005), que segundo Campos (2004), configura o estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos.

Júnior, Melo, Santiago (2010) a definem a análise de conteúdo como uma técnica de análise de dados que se dão de forma escrita ou até mesmo transcrita. White e Marsh (2006) complementam a definição:

A análise de conteúdo é um método de pesquisa flexível que pode ser aplicado a muitos problemas em estudos de informação, seja como um método em si ou em conjunto com outros métodos.

(White, Marsh, 2006, pág. 23)

Assim, os dados obtidos foram divididos em categorias de análise, a fim de que a interpretação dos mesmos seja mais bem organizada (Minayo 1998, apud Júnior, Melo, Santiago, 2010). Para organização desta etapa, prezamos por seguir uma sequência didática para execução da análise de conteúdo (Bardin, 1988), como exibido na tabela a seguir, visando a sequência de etapas que, segundo Júnior, Melo, Santiago (2010), devem estar sempre correlacionadas durante o processo.

Tabela 2 – Roteiro para análise de conteúdo

Etapa	O que é esperado	O que é feito
Pré-Análise	Relembrar o objetivo do trabalho; escolher as fontes de dados; definir os indicadores de análise.	Ler o material obtido; pré-estabelecer o corpo de análise.
Exploração do material	Referenciar os indicadores; explorar os dados obtidos.	Isolar os elementos principais; organizar os elementos em categorias de análise.
Tratamento e interpretação dos dados	Interpretar os dados; elaborar os resultados do trabalho.	Através da abordagem qualitativa, analisar os dados.

Fonte: A autora.

3.3 DEFINIÇÃO E REFERENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE ANÁLISE

Para melhor compreensão dos dados que foram obtidos, em cumprimento do objetivo proposto, a análise dos dados foi pautada em indicadores de análise (Junior, Melo, Santiago, 2010). Através deles, temos a intenção de evidenciar o objetivo do trabalho, isto é, conhecer os museus vinculados à UFU e suas possibilidades quanto ao tema de inclusão e acessibilidade, a fim de que esteja claro o que procuramos investigar através deste estudo. Sendo assim, definimos nossos indicadores como sendo os apresentados a seguir:

Tabela 3 – Indicadores para a análise de conteúdo

Indicadores
Elemento central: acessibilidade e inclusão nos museus da UFU;
Categorias analíticas: equipe do museu, exposições, espaço físico, acessibilidade, desafios, papel da universidade;
Categorias terciárias: tempo de existência, acervo.

Fonte: A autora.

Estes indicadores foram escolhidos para que o desenvolvimento do estudo tenha maior clareza e definição. Assim, o elemento central traz o indicador que mais receberá nossa atenção em nossas pesquisas e na entrevista com os coordenadores. Com eles, buscamos entender o posicionamento do museu quanto à possibilidade de implantar políticas de acessibilidade, bem como expandir as ações de inclusão já existentes nestes museus. Em soma, as categorias analíticas nos dão maiores informações sobre a história dos museus, a dizer, quem são as pessoas que compõem a equipe fixa e de colaboradores, quais são as atividades realizadas pelos museus, quais as condições físicas que eles dispõem, o quão acessível estes espaços já são, quais os desafios quando novas ações de inclusão são pensadas pelos museus, e como a universidade pode colaborar para que este processo seja o mais proveitoso possível. Ainda colaborando com a compreensão destes museus, temos categorias que estarão implícitas à análise de nossos dados, como há quanto tempo os museus estão em funcionamento, e como se dá o acervo deles, nos ajudando a compreender se a realidade atual que os museus enfrentam se faz repetir ao longo dos anos.

5 OS MUSEUS NA UFU

Os museus que participaram deste trabalho estão vinculados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), através do Sistema de Museus (SIMU). Assim, neste capítulo serão apresentados tanto o Sistema de Museus quanto os museus a ele vinculados, com o intuito de construir um breve resgate histórico, bem como apresentar algumas atividades desenvolvidas pelos museus. As informações foram obtidas principalmente dos websites de cada instituição (MBC, 2020; MUSINDIO, 2020; Dica, 2020; MMR, 2020; MUnA, 2020). Além disso, buscamos o apoio de trabalhos publicados sobre os museus (Meirelles, 2015; Nunes, 2017; Alves, Sales, Martins, 2021; Santana, Nogueira-Ferreira, 2009) e de documentos internos do Museu Dica.

5.1 O SISTEMA DE MUSEUS DA UFU (SIMU)

O SIMU iniciou suas atividades como sistema da UFU a partir da aprovação da Resolução SEI nº 03/2017, que define que os museus estarão reunidos através deste sistema, que não só possui regras específicas à localidade, como também segue e obedece às diretrizes do Sistema Estadual de Museus (SEMMG) e Sistema Brasileiro de Museus (SBM), além de orientar-se pelo Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), através da Lei nº11.904 de 2009 que institui o Estatuto de Museus, e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Cinco são os museus vinculados ao Sistema de Museus da UFU: Museu da Biodiversidade do Cerrado, Museu do Índio, Museu DICA - Diversão com Ciência e Arte, Museu de Minerais e Rochas e o Museu Universitário de Arte. O Conselho Gestor do SIMU, que tem por finalidade aprovar as decisões tomadas em prol da manutenção destes museus, possui representantes de cada um dos cinco museus vinculados.

Baseado nas autoras Bruno (1997) e Meirelles (2015), considerando o quão complexa é a estrutura universitária, tanto do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista de distribuição de recursos (Meirelles, 2015), entendemos que o SIMU se estabelece como um órgão de grande importância ao apoio das unidades acadêmicas na gestão desses museus. O SIMU demonstra sua importância através da ponte que pode fazer entre os museus e as diversas instâncias administrativas da universidade, unindo as demandas e potencialidades dos museus, com as possibilidades e disponibilidades de possíveis recursos que a universidade dispõe.

Entendemos que em relação aos museus da UFU, enquanto museus universitários, qualquer discussão “não pode descartar, por um lado, a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, por outro lado, as características inerentes aos processos museais” (Bruno, 1997).

Nesse contexto, acreditamos que o SIMU colabora para que a UFU possa expandir ainda mais seus horizontes e se fazer presente perante à sociedade; também contribui para que os museus se estabeleçam enquanto grande ferramenta de extensão universitária, além de desempenharem um importante papel enquanto laboratório de pesquisas e ensino. Além disso, os museus podem se estabelecer como um adequado local de práticas educativas voltadas para a população em geral e a educação básica, trazendo o lúdico ao processo de ensino desenvolvido dentro da universidade (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013; Meirelles, 2015).

Desse modo, o SIMU colabora para favorecer o desenvolvimento dos museus enquanto equipamento cultural e como um espaço de ensino, pesquisa e extensão.

Nas próximas seções, faremos uma breve apresentação de cada um dos cinco museus vinculados ao SIMU, buscando destacar seus objetivos, seus acervos e sua relação com o público, a fim de que possamos conhecê-los e compreender seus processos.

5.1.1 MUSEU DE BIODIVERSIDADE DO CERRADO

O Museu Biodiversidade do Cerrado (MBC) é um museu de ciências, vinculado ao Instituto de Biologia da UFU. O museu tem como missão “*divulgar o conhecimento científico acerca da biodiversidade do Bioma Cerrado e suas inter-relações com outros biomas do Brasil e do mundo, realizando ações de popularização da Ciência e extensão universitária*” (MBC, 2020).

O MBC foi fundado em maio de 2000, a partir da necessidade de se organizar e conservar as coleções, que se constituíam principalmente por animais taxidermizados por funcionários do Instituto de Biologia, que foram obtidos através de doações feitas por pesquisadores e pela comunidade local (Meirelles, 2015).

Assim, acervo do MBC possui uma coleção biológica, com animais taxidermizados, sendo eles “mamíferos, aves, répteis, anfíbios e insetos encontrados no Brasil, a maioria deles distribuídos pelo cerrado, além de alguns exemplares marinhos e uma espécie de origem asiática”, esqueletos de animais “como bicho-preguiça, ouriço-cacheiro, papagaio, serpentes, sapo, dentre outros”, ninhos “de diversas aves e insetos do cerrado e peles de jacaré e sucuri”, um aquário e plantas. Além disso, possui uma coleção de materiais didáticos, como uma biblioteca com “cerca de 70 livros infantis e outros 500 exemplares que tratam de diversas temáticas nas áreas da Biologia, Geografia e outras”. O museu possui registro de suas coleções, bem como seus bens físico-materiais possuem patrimônio junto ao INBIO.

No início, o museu ocupava um espaço não próprio, a dizer, um prédio alugado no bairro Jardim Brasília, situado no município de Uberlândia (Meirelles, 2015), até que em 2005 teve sua mudança efetuada para sua sede local (Figura 1) - Parque Municipal Victorio Siquierolli, conquista essa obtida em 2002 através de uma parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) (Santana, Nogueira-Ferreira, 2009).

Figura 1 – Museu de Biodiversidade do Cerrado



Fonte: Guia das Artes (2015).

Por um bom tempo, essas coleções foram organizadas de maneira que não diferia da forma como essas obras foram recebidas pelo museu, não buscou promover um ambiente diferenciado como interface com o público. Assim, podemos perceber que nesse primeiro momento a principal preocupação do museu foi a proteção das peças e sua exposição ao público, mantendo um modelo semelhante aos museus europeus de primeira e segunda geração (Marandino, 2008; MacManus, 1992)

A partir de 2010 o museu buscou um novo olhar para as coleções e a equipe de curadoria do museu decidiu reorganizá-las para favorecer a compreensão do público, harmonizando a exposição dos animais taxidermizados de acordo com suas características provenientes do espaço em que ocupam no bioma da região (figura 2). Assim, entendemos que o museu aproximou sua prática dos museus de terceira geração quando “... *os museus não poderiam mais se contentar em apenas expor suas obras. Era necessário encontrar os meios para assegurar que os visitantes as entendessem e apreciassem.*” (Marandino, 2008, pág. 9).

Acreditamos que esse formato colabora para a relação entre o museu e o público, uma vez que, atualmente, recebe cerca de 450 pessoas mensalmente, entre visitas escolares realizadas pelas escolas da região, sejam elas públicas ou privadas, e público em geral (coordenadora MBC).

O museu divide suas exposições vigentes em períodos curtos e de longa duração, organizadas com o acervo próprio do museu ou de fontes externas, resultantes de pesquisas dos estudantes de graduação que na maioria das vezes realizam seus trabalhos através de uma

Iniciação Científica, ou de alunos de pós graduação. Isso traz à tona o grande potencial do museu enquanto espaço onde a pesquisa ganha potencialidade (Ribeiro, 2013; Bruno, 1997); O museu dispõe de recursos riquíssimos que contribuem para a elaboração de pesquisas que possuem potencial de serem pesquisas de grande impacto social. Além disso, os monitores do museu são estudantes do curso de Biologia da UFU, demonstrando assim que o museu tem grande potencial de formação profissional, uma vez que o museu se torna laboratório para esses alunos, que na universidade têm acesso à teoria, e que no museu têm oportunidade de executar e aperfeiçoar o que em sala de aula é aprendido (Bruno, 1997).

Figura 2 – Exposições do Museu de Biodiversidade do Cerrado: animais taxidermizados expostos para visitação pública de forma que possam simular a forma como se inserem em seus ambientes naturais



Fonte: MBC (2020).

Para administrar o museu, a equipe é formada por um curador geral, responsável por administrar o museu e suas coleções, e um sub curador para cada coleção científica, como a de peixes, mamíferos, etc. (coordenadora MBC). Os sub curadores são professores da universidade, não dependentemente do INBIO, assim como a curadoria geral. Já na coordenação, temos a presença de uma técnica do INBIO, porém este cargo também pode ser ocupado por professores do Instituto de Biologia. Quanto aos bolsistas, o museu dispõe de 4 alunos que ocupam esse cargo no museu através da função de monitores (coordenadora MBC), e apesar do museu já ter tido a contribuição de voluntários, hoje o museu concentra a função de monitoria e apoio com estes bolsistas.

O MBC está regulamentado como um órgão complementar do INBIO, através da Resolução 27/2011 do CONSUN; isso lhe garante um regulamento interno, importante para a existência do museu. Apesar disso, o MBC não possui parte fixa na verba disponibilizada pelo INBIO, fazendo com que o museu tenha que concorrer com todas as outras solicitações que lá acontecem.

No que diz respeito à documentação do museu, consideramos importante destacar que o museu ainda não possui um Plano Museológico, em que conste (entre outros itens), como se dá a obtenção de sua coleção, bem como é realizada a conservação destes (Meirelles, 2015). Segundo a coordenadora do museu, a falta de plano museológico se deve ao fato de que não há na equipe um museólogo e outros profissionais para a elaboração desse material.

Além disso, a equipe do museu se queixa quanto à deficiência de pessoal em seu quadro de colaboradores, e quanto à estrutura física do local, que apresenta deficiências quanto à climatização, iluminação e umidade, itens imprescindíveis à utilização do espaço e conservação de seus objetos expostos.

Percebemos então que, pela falta de boas condições de funcionamento, o MBC deixa a desejar quanto ao profissionalismo que é esperado dos museus, bem como demonstra que o museu ainda não apresenta todas as condições legais que um museu precisa ter para que esteja nos conformes com a legislação que garante o bom funcionamento dos mesmos (ICOM, 2017).

5.1.2 MUSEU DO ÍNDIO

O Museu do Índio é um museu de ciências vinculado à Pró Reitoria de Extensão e Cultura. Tem como missão *“coleccionar, proteger, interpretar e difundir os bens culturais indígenas sob sua responsabilidade, buscando alimentar, de forma permanente, o diálogo com a comunidade, com vistas à difusão, reconhecimento e valorização deste patrimônio”* (MUSINDIO, 2020).

Ele surgiu da demanda de se organizar e conservar a doação de Maria Oranides Crosara (Meirelles, 2015), moradora do município de Uberlândia, que decidiu fazer a doação de 100 objetos oriundos de comunidades indígenas brasileiras à UFU, com a crença de que a instituição seria o melhor destino a essa coleção, no anseio de que estas obras originassem um movimento pela criação de um museu local que abordasse esse tema. Com isso, em outubro de 1987, o museu deu início às suas atividades de exposição, tendo agora também a doação de obras advindas de outros colaboradores locais, além de aquisições feitas pela Universidade.

Em primeiro momento, o MUSINDIO ocupava um imóvel, o mesmo espaço em que o MMR estava, a dizer, uma casa alugada pela UFU para que os dois museus pudessem realizar suas atividades (Meirelles, 2015). Porém, em 1998, teve sua sede transferida para uma casa alugada no bairro Santa Maria (Meirelles, 2002), também no município de Uberlândia (Figura 3). Essa é uma das queixas da coordenação do museu: a falta de um local próprio dificulta a manutenção e conservação do acervo que o MUSINDIO possui (Meirelles, 2015).

Figura 3 – Entrada do Museu do Índio



Fonte: Facebook MUSINDIO

Figura 4 – Museu do Índio: fotos de exposições



Fonte: Comunica UFU (2018)

Anualmente, o museu recebe cerca de 14 mil visitantes, divididos entre público escolar (que configura a maior porcentagem) e público espontâneo. Isso demonstra a importância do MUSINDIO para a abordagem da história dos índios, visto que, por falta de envolvimento com o tema e de acesso a essas informações, cometemos enquanto sociedade muitos erros quanto à compreensão e apoio a esses povos (Meirelles, 2015). Conseguimos então evidências de que o MUSINDIO cumpre de forma eficaz - dentro de suas possibilidades - seu papel educacional, que se faz tão importante por se tratar de um museu que segue as diretrizes da universidade (Bruno, 1997; Ribeiro 2013), pois, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta quanto ao seu espaço físico, o museu sempre está buscando atender ao seu público de forma eficaz e adequada.

Apesar do grande papel que o MUSINDIO exerce na região em que está inserido e arredores (Meirelles, 2015), a história do museu é marcada pela luta constante por reconhecimento e apoio, seja ele financeiro ou existencial. O museu teve início com o acolhimento do acervo adquirido em doação pelo curso de História da UFU, e esteve sob a responsabilidade deste setor até o ano de 2004; de 2004 até 2007, o museu se torna órgão complementar do curso de História, porém, com diversas denúncias sobre seu funcionamento e organização, esse cenário muda novamente; de 2007 até 2017, o museu se torna responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação e, de 2017 até o presente é reconhecido como órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Esta situação o difere dos demais museus vinculados ao SIMU, que até o presente momento possuem vinculação aos seus respectivos Institutos dentro da universidade. Essa trajetória evidencia desafios inerentes aos museus

universitários que de alguma forma dependem de decisões e de vontades políticas e administrativas da administração superior (Bruno, 1997).

Dentro do quadro de colaboradores do museu, temos a presença de um museólogo, algo inédito à realidade dos museus vinculados ao SIMU; isso possibilita ações mais centradas nos objetivos do MUSINDIO enquanto museu de história e cultura indígena (coordenadora MUSINDIO). Além do museólogo, também há a presença de uma educadora, profissional esta de grande importância no processo de adequação das atividades realizadas pelo museu à linguagem não formal, que se faz importante à compreensão do público diverso que ao museu frequenta. A coordenação é gerida por uma pesquisadora técnica aposentada da UFU que atualmente é voluntária no museu, sendo ela liderança marcante à frente de lutas e desafios que o museu vem enfrentando ao longo dos anos, além de uma secretária e 5 bolsistas, sendo estes da área de Artes, Comunicação e de pesquisa dentro da História, evidenciando mais uma vez que as relações do museu ultrapassam os limites de uma única disciplina, trazendo para o museu profissionais e estudantes de áreas que podem em muito contribuir para a construção de ações mais elaboradas, unindo a pesquisa, a educação e a extensão de forma leve e eficaz (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013).

Mesmo com o histórico de luta por sua permanência enquanto museu que exerce belamente seu papel cultural e educacional, o MUSINDIO desenvolve projetos de grande impacto social para a comunidade local (Meirelles, 2015). Dentre eles pode ser citado o Programa Museu Escola, que *“contém princípios que buscam a construção de conhecimentos com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de novas mentalidades sobre a realidade indígena brasileira”* (Meirelles, 2015), e busca estabelecer relação de proximidade com a escola, para que cada vez mais os alunos tenham acesso a história verídica dos povos indígenas. Estas ações criam evidências para o quão importante o museu se faz perante a busca constante da universidade em levar suas atividades à comunidade, para que eles desfrutem do que é produzido na academia através dos pesquisadores que estão inseridos na realidade do museu, e assim contribuem para que as ações do museu tenham consistência científica, fortalecendo a tanto a pesquisa realizada dentro do museu quanto a extensão dessas atividades ao público geral (Bruno, 1997).

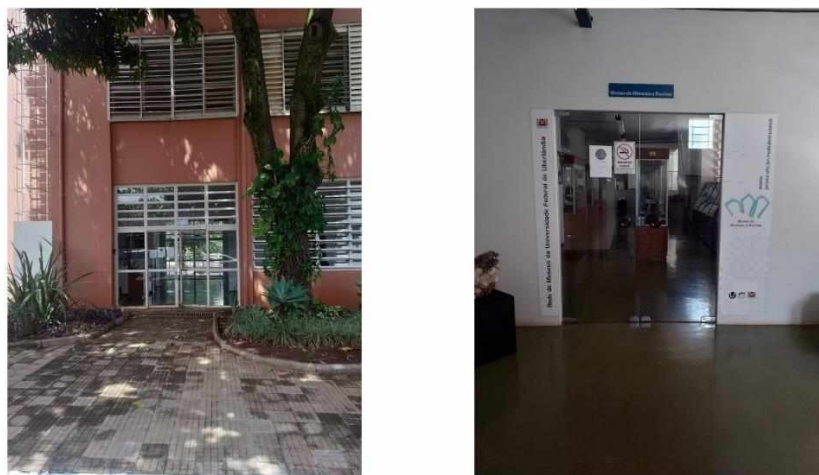
5.1.3 MUSEU DE MINERAIS E ROCHAS

O Museu de Minerais e Rochas (MMR) é um museu de ciências vinculado ao Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como órgão complementar e tem como missão “*fornecer subsídios para ensino (...), pesquisa (...) e extensão (...)*” (MMR, 2020). Nesse sentido a equipe do museu evidencia sua identidade, enquanto museu universitário, trazendo como elemento central a relação que a existência do MMR tem com a estrutura da universidade (Bruno, 1997), mas apesar da grande relevância que do seu acervo representa para a instituição enquanto museu, esse aspecto museal não se encontra presente na apresentação da missão enquanto instituição.

Assim, a partir de sua apresentação no site (MMR, 2020), a equipe do museu estabelece que sua relação com o ensino por funcionar como um laboratório didático para os cursos da UFU que “*possuem alguma disciplina relacionada às ciências geológicas em seu currículo*”. O museu apresenta-se também como um laboratório de pesquisa, uma vez que “*três docentes graduados em Geologia, com orientandos de projetos de pesquisa*” (MMR, 2020). Além disso, enquanto museu, fortalece e se apresenta como um espaço para o desenvolvimento de ações de extensão: “*o Museu é aberto à comunidade externa, recebendo visitas de pessoas residentes em Uberlândia, do Triângulo Mineiro em geral e inclusive de vários estados do Brasil e de outros países*”.

Sua história começa em 1986, quando um grupo de professores do até então Departamento de Geografia (hoje Instituto de Geografia) da UFU resolvem se unir e coletar na região do Triângulo Mineiro minerais e aumentar o acervo do departamento - que até então era pequeno (Meirelles, 2015). Em 1987, eles decidem por reunir estas peças e criar o museu, abrindo suas portas ao público em um imóvel localizado no bairro Lídice, em Uberlândia. Ali o MMR permaneceu, dividindo espaço com o Museu do Índio até o ano de 1992, quando foi transferido para o primeiro andar do bloco 1Q (como ilustrado na figura 5) na UFU campus Santa Mônica.

Figura 5 – Entrada do Museu Minerais e Rochas



Fonte: A autora.

Em 2013, o museu é então inserido oficialmente no organograma da universidade como órgão complementar do IG (Meirelles, 2015) e atualmente possui uma equipe de trabalho constituída por “13 professores no museu, temos 2 secretárias e 2 bolsistas. E mais, acho que 1 voluntária se não me engano também, já foi bolsista, mas hoje é voluntária.” (Coordenador MMR). Em relação aos recursos destinados ao museu, o coordenador destaca que o museu recebe o apoio do instituto a que está vinculado, mas não uma destinação fixa de recursos, evidenciando a necessidade de negociações constantes.

Vários personagens da sociedade foram essenciais para a ampliação de seu acervo, através de doações que, não só referenciavam o material disponível na região, mas também abriam espaço para conhecer as características de outros locais do nosso país. Como diz Meirelles (2015, pág. 195), “*esse acervo se reveste de importância porque traz ao conhecimento da população local e regional aspectos da formação dos minerais, de sua importância no cotidiano e de seu aproveitamento econômico.*”

O museu possui seu acervo dividido em duas grandes partes: uma sala de exposição (Figura 6), que conta com aproximadamente 750 objetos, entre eles “minerais, rochas, fósseis e recursos energéticos (tais como petróleo e derivados e carvão mineral)” (MMR, 2020; Meirelles, 2015), e um laboratório de geologia, que contém “coleções de amostras de rochas ígneas, sedimentares e metamórficas perfazendo 500 amostras, além de, pelo menos, uma centena de amostras de minerais e minérios para atender às aulas teóricas e práticas das disciplinas da área de geologia e mineralogia dos cursos de Geografia, Biologia, Agronomia, Química e Engenharia Civil.” da UFU (Meirelles, 2015).

Figura 6 – Sala de exposições no Museu de Minerais e Rochas



Fonte: Comunica UFU (2017, 2019).

De acordo com o coordenador, todas as exposições são permanentes, com a exposição de todos os itens para visitação, estudo e pesquisa e, desse modo, ao se visitar o museu, o visitante sempre tem acesso aos mesmos objetos expostos. Quanto a esse público, podemos considerá-lo bem diversificado; o museu conta com visitas de alunos do ensino básico, (a saber, ensino fundamental e médio), do ensino superior e de pesquisadores na área de Geologia (Meirelles, 2015), evidenciando que o MMR é um promissor local de realização de pesquisas, fortalecendo seus objetivos enquanto museu universitário. Além do público diverso, temos a presença constante de alunos do próprio Instituto de Geografia da UFU, visto que em vários momentos o museu se torna laboratório de aula, onde os alunos por meio de disciplinas acadêmicas têm acesso ao acervo do museu. Vemos então que o MMR cumpre seu papel educacional enquanto museu imerso na universidade (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013; Meirelles, 2015), bem como se faz ferramenta importante na divulgação da ciência à comunidade externa.

Nesse sentido, em relação ao contexto educativo e na relação com o público, o MMR se apresenta-se como um espaço que valoriza a exposição dos objetos e com isso busca contribuir para a aprendizagem de alunos (sejam eles da universidade – em disciplinas específicas - ou da educação básica). Desse modo, entendemos que esse formato se relaciona com a segunda etapa dos museus no processo do desenvolvimento da função educativa dos museus (MARANDINO, 2008), em que, como destacado pela autora “*o aluno visitava o museu para observar ‘ao vivo’ o que havia sido ensinado ‘em teoria’ nos bancos escolares*” (pág. 9).

5.1.4 MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARTE

O Museu Universitário de Arte (MUnA) é um museu de artes vinculado como órgão complementar ao curso de Artes Visuais do Instituto de Artes (IARTE) da UFU. Carrega em seu seio a missão de “*promover a conservação, proteção, valorização, estudo, interpretação, difusão e ampliação de seu acervo*” (MUnA, 2020), através de suas atividades nas áreas de “*História da Arte, Teoria e Crítica Arte, Educação e Arte em Museus, Museologia da Arte*” (MUnA, 2020) que integralizam comunidades interna e externa por meio de ações educativas (palestras seminários, dentre outros) e exposições periódicas que dialoguem com o público alvo, reforçando as funções da instituição universitária (Bruno, 1997), promovendo conectividade entre instituições de arte no âmbito local, nacional e internacional.

A iniciativa de criar o museu surgiu em 1975, devido ao fato de algumas obras estarem sendo expostas no prédio da Reitoria da UFU, campus Santa Mônica. O quantitativo de objetos em posse do setor estava ganhando volume expressivo, e foi preciso pensar em uma alternativa adequada para a aquisição, armazenamento, exposição e conservação deste acervo (Meirelles, 2015). No ano de 1996, o museu é então concebido para ocupar uma casa adquirida pela UFU no bairro Fundinho (Figura 7) e vinculado ao Instituto de Artes. De acordo com a coordenadora, apesar de ser criado em 1996, o museu só abre as portas para o público em 1998 “*porque ele demorou 2 anos pra fazer toda uma adequação do espaço... ele era uma antiga loja de cerâmica, algo assim, então ele recebeu um projeto da ufu de museus*”.

Figura 7 – Entrada do Museu Universitário de Arte



Fonte: Comunica UFU (2019).

Em 2006, houve a primeira organização do acervo do museu, através do projeto MUnA: História de um acervo (Meirelles, 2015). Com o passar do tempo, o acervo aumentou em quantidade, e em 2013, houve uma nova organização desta coleção. Atualmente, o MUnA possui “*um acervo de obras modernas e contemporâneas, espaços expositivos, reserva técnica, sala de conservação e restauro, oficina de ação educativa e auditório com 60 lugares*” (MUnA, 2020), e isso abre espaço para que o museu seja um grande difusor da cultura regional, através de sua função de extensão (Bruno, 1997), possibilitando que não só a comunidade acadêmica tenha acesso às exposições, mas também a comunidade externa.

As exposições são de curta a média duração, realizadas não somente com as mais de 250 obras que seu acervo possui (Meirelles, 2015), fruto de doações e compras através de projetos de aquisição (MUnA, 2020), mas também através de parcerias com artistas locais, nacionais e internacionais previstas por edital. Estas exposições são disponibilizadas tanto para o público visitante, a fim de observação, quanto para o público acadêmico, a fim de obtenção de dados para pesquisa. Isso reforça o lado de difusor da pesquisa e da extensão universitária que o museu carrega enquanto órgão universitário, pois o MUnA consegue através de suas atividades unir o público oriundo da academia e de locais diversos em um só local, demonstrando assim que o museu é um grande berço onde pesquisas são realizadas e ali executadas, a fim de que o público sempre tenha a melhor experiência possível (Bruno, 1997; Meirelles, 2015). Além disso, o museu é constantemente procurado por alunos do Instituto de Artes para que ali realizem estágios, que são obrigatórios à formação acadêmica; Estes alunos veem no museu a oportunidade de aperfeiçoarem os conhecimentos adquiridos durante sua vida

acadêmica, bem como colocarem em prática ideias que certamente engrandecem o trabalho realizado pelo museu. O museu se faz então grande ferramenta no processo educacional destes indivíduos (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013).

Figura 8 – Espaços do Museu Universitário de Arte



Fonte: MUnA (2019).

Quanto à parte física do museu, o MUnA possui “*um acervo de obras modernas e contemporâneas, espaços expositivos, reserva técnica, sala de conservação e restauro, oficina de ação educativa e auditório com 60 lugares*” (MUnA, 2020), e isso abre espaço para que o museu seja um grande difusor da cultura regional, através de sua função de extensão (Bruno, 1997), possibilitando que não só a comunidade acadêmica tenha acesso às exposições, mas também a comunidade externa.

5.1.5 MUSEU DIVERSÃO COM CIÊNCIA E ARTE

O Museu Diversão com Ciência e Arte (DICA), é um museu de ciência vinculado ao Instituto de Física (INFIS) da UFU como órgão complementar. Tem como missão “*promover e estimular a disseminação da cultura científica, propiciando a participação da comunidade*

em temas científicos e tecnológicos, sendo um espaço que valoriza a convivência, o lazer e a inclusão social” (DICA, 2020).

A história do museu começa em 2004, quando um grupo de professores do INFIS (dentre eles a atual coordenadora do museu) decidem concorrer com o projeto “*Ciência, Diversão e Arte*” em um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para popularização da ciência, obtendo aprovação de seu projeto. A partir desse momento, foram adquiridos equipamentos para a organização de uma mostra de Física que funcionou de 2005 a 2007 de forma itinerante, período de realização do projeto, que contou com a participação de bolsistas (pagos pelo projeto) e voluntários.

Em 2007, a partir de negociações com o Instituto de Física, o projeto conseguiu fixar-se em uma sala para a organização da exposição, permitindo que o projeto recebesse a visita de escolas e do público em geral. Nesse momento, com a aprovação de um outro projeto (também junto à FAPEMIG), foi possível montar outras exposições e decidiu-se estabelecer o embrião de um museu de ciências no INFIS. Esse projeto contou com a participação de professores do Instituto de Biologia, ampliando as temáticas abordadas até o momento, que inicialmente relacionavam-se essencialmente à Física e ao INFIS. A decisão para a escolha do nome levou em conta o desejo de ampliar as parcerias e possibilitar que as próximas exposições nascessem valorizando as diversas áreas do conhecimento. Assim nasceu o Museu Diversão com Ciência e Arte, o Dica.

Depois desse momento o Museu Dica enfrentou diversos desafios para sua consolidação e conseguiu sobreviver e continuar realizando suas atividades principalmente devido à aprovação de projetos por agências de fomento (FAPEMIG e CNPQ).

Por meio desses projetos, e das parcerias estabelecidas que nasceram com outras unidades acadêmicas dentro e fora da UFU, além das exposições e itinerâncias o Dica estabeleceu outros programas: O Cine Dica (com mostras de filmes e discussão de ciências); Observações com Telescópios; Organização de dois eventos de divulgação científica (A Feira Ciência Viva e a Mostra Brincando e Aprendendo) durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (organizada pelo MCTI); e O Programa de Formação Continuada de Professores.

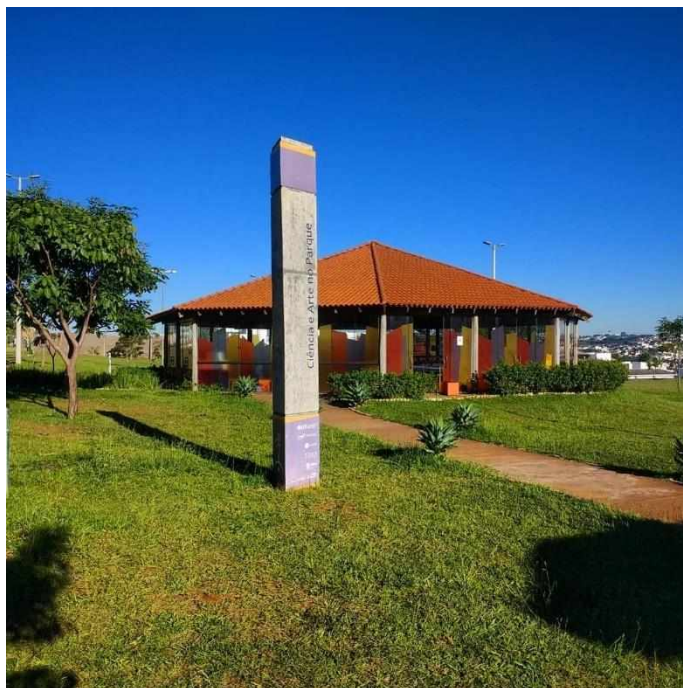
Com relação aos espaços ocupados pelo Dica, no período de 2007 a 2015 esteve instalado no Campus Santa Monica da UFU, em 2 espaços diferentes: 2007 a 2011 no Bloco 1X e de 2011 a 2015 no Bloco 3E. Os dois espaços contavam com uma pequena área fechada (uma sala de 50 m²) e um jardim.

Em 2015 o Museu Dica, por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, mudou-se para o Parque Gávea, onde se encontra instalado atualmente, com um espaço (fechado) de 200 m² e a possibilidade de instalação de exposições em todo o espaço do parque. A parceria com a prefeitura para a instalação de atividades no Parque Gávea iniciou-se em 2009 com o planejamento e implementação (em 2010) de uma exposição sobre o sistema solar no parque: A Trilha do Sistema Solar (também com o apoio da FAPEMIG). A consolidação das ações do Museu Dica no Parque Gávea foi possível por meio do projeto “Ciência e Arte no Parque”, aprovado junto ao CNPq em 2013, que permitiu à equipe do Dica a instalação de novas exposições temáticas no parque.

Com a mudança do espaço de exposições do Dica para o Gávea, o espaço que o museu ocupava no bloco 3E passou a ser o laboratório de pesquisa do museu, estando sediado nesse mesmo espaço sua secretaria, onde assuntos administrativos são resolvidos, e sua reserva técnica, contendo a parte do acervo do museu que não se encontra em exposição.

Assim, buscou-se estabelecer uma identidade para o espaço o grupo decide por adotar o nome DICA para o seu projeto. Em 2010, o DICA dá um grande passo para a obtenção de um espaço próprio, visto que até o momento, suas atividades eram realizadas em espaços inadequados dentro da UFU Campus Santa Mônica; é acordado através de uma negociação entre o museu e a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), que seria reservado um espaço no Parque Gávea - também em Uberlândia - para a realização da Trilha Astronômica, primeiro grande projeto do DICA fora das dependências universitárias, que compreende a exposição do sistema solar em escala de tamanho e distância entre os astros. Isso abriu espaço para que em 2011 o museu ganhasse mais liberdade para desenvolver suas atividades fora do domínio universitário, através do projeto Ciência e Arte no Parque, desenvolvido no mesmo local, novamente em parceria com a PMU. Este projeto ajudou a consolidar o Parque Gávea como sede fixa do museu, após algumas mudanças de espaço físico na UFU. Em 2015, o DICA passa ser formalmente um museu vinculado ao INFIS, na forma de órgão complementar, permitindo assim que suas atividades fossem ampliadas, como a realização de observação astronômica com telescópio, o Cine DICA, as feiras Ciência Viva e Brincando e Aprendendo (DICA, 2020), a fim de levar ao público a ciência através de vias artísticas.

Figura 9 – Entrada do Museu Diversão com Ciência e Arte



Fonte: Facebook Museu DICA (2019).

Atualmente o museu conta com quatro espaços de exposição, a dizer, praças temáticas: uma da Física, uma do Passarinho, uma da Tabela Periódica, e uma do Carbono, além da Trilha Astronômica e do próprio quiosque de exposições. Além disso, o DICA investe em ações de divulgação científica, como minicursos de formação de monitores, cursos para professores, oficinas de experimentos, dentre outros (DICA, 2020). Através destas ações, o museu demonstra sua valorosidade dentro do contexto universitário (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013, Meirelles, 2015), pois não somente se preocupa em cumprir seu papel enquanto instituição museológica (ICOM, 2017), servindo ao seu público como espaço de acesso à educação não formal, mas também evidencia o grande potencial que possui dentro do ambiente universitário, pois é capaz de reverter o trabalho que executa de forma interna em processo de formação, tanto aos discentes vinculados à universidade, quanto à comunidade externa, que pode desfrutar de suas atividades.

Figura 10 – Atividades do Museu Diversão com Ciência e Arte



Fonte: Facebook Museu Dica (2015, 2017).

O Dica possui suas equipes de trabalho muito bem definidas. Como diz Alves, Sales e Martins (2021):

O Museu Dica possui duas principais equipes, a do setor de comunicação e a do setor educativo. O setor de comunicação é composto por uma jornalista e um fotógrafo, bem como estagiários das áreas de jornalismo e artes visuais. Esse setor tem como principal tarefa aproximar o museu e o público, por meio da comunicação de suas ações, colaborando com o setor educativo nas propostas e implementações das ações desenvolvidas pelo museu. Já o setor educativo é composto por dois grupos, no que se relaciona às suas ações dentro do museu: Pesquisadores/Educadores e Monitores. O grupo de Pesquisadores/Educadores reúne curadores e formadores, sendo composto por doutores, pós-graduandos e graduandos, que são responsáveis por planejamento, organização e implementação das exposições, das ações educativas e dos cursos de formação continuada de professores. O Grupo de monitores são normalmente graduandos dos cursos de Física, Química e Biologia da UFU que atuam na mediação das exposições e o público, sendo que não é incomum que exista uma sobreposição entre esses grupos, de modo que monitores possam compor o quadro da equipe de Pesquisadores/Educadores.

(Alves, Sales, Martins, 2021, pág. 3)

Uma das grandes características deste museu é possuir uma equipe amplamente diversificada. O museu atua com colaboradores das mais diversas áreas presentes dentro da universidade, como a própria Física, berço do museu, como o Jornalismo e o Design, que são de grande importância na colaboração por uma comunicação melhor entre o museu e seu público-alvo. Além disto, o Dica está relacionado a grandes trabalhos desenvolvidos dentro da academia, muitos deles desenvolvidos por colaboradores que estiveram imersos na realidade do museu por algum período. Com isso, conseguimos ver que o museu consegue cumprir seu papel de laboratório de pesquisas, onde trabalhos de grande impacto social são gerados, sempre buscando trazer produtos de qualidade à sociedade (Bruno, 1997; Ribeiro, 2013, Meirelles, 2015).

Ao longo dos anos, o museu foi adquirindo o desejo de expandir sua abrangência científica. O Dica então passou a contar com um acervo de objetos que contam a história de fenômenos físicos, químicos e biológicos, trazendo assim a oportunidade de os visitantes conhecerem melhor como se dão as mais variadas manifestações da natureza em nosso dia a dia.

6 REFLEXÕES GERAIS SOBRE OS MUSEUS VINCULADOS AO SIMU NO CONTEXTO DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Como apresentado no capítulo anterior, os 5 museus da UFU possuem histórias e características diferentes no que se refere à sua constituição, formato e missão. No entanto, apesar de suas especificidades e diferenças, uma vez vinculados a uma mesma instituição, carregam semelhanças importantes que nos auxiliam na compreensão de suas existências enquanto museus universitários.

6.1 EQUIPE DOS MUSEUS

Tabela 4 – Equipes dos museus da UFU

Museus	Coordenação geral	Subcoordenações	Secretários	Estagiários	Museólogos
Museus Biodiversidade do Cerrado	1	6		4	
Museu do Índio	1		1	5	1
Museu Diversão com Ciência e Arte	1		1	6	
Museu Minerais e Rochas	1		2	3	
Museu Universitário de Arte	1	4	1	4	

Fonte: A autora.

Os museus entrevistados possuem atualmente equipes bem distintas, no que diz respeito à sua formação principal e funções, mas guardam entre si muitas semelhanças. Todos eles

contam com uma coordenação geral, comandada por um professor ou técnico do instituto ao qual o museu está coligado, porém, os museus MBC e MUnA possuem sub coordenações, ou setores, que ficam sob responsabilidade de outros professores, sendo eles do mesmo instituto ou não, conforme a demanda que sua tarefa requer. Quatro dos cinco museus relataram ter secretários dentro do quadro de funcionários, a dizer, DICA, MUnA, MMR e MUSINDIO; porém, em um deles há a presença de mais de um secretário - o MMR; no Dica, no MMR e no MUnA, essa função cabe a um funcionário terceirizado, enquanto no MUSINDIO ele pertence ao quadro de funcionários da UFU. O MBC, o Dica, o MUnA e o MUSINDIO relataram que tem parcerias com colaboradores de outras setores da UFU, além da unidade a que estão ligados. No Dica há ainda, no seu corpo de curadores, dois professores da educação básica, externos à UFU.

Esses dados demonstram que, apesar de todos os museus estarem vinculados à mesma universidade, a origem dos recursos humanos de cada museu pode variar, uma vez que cada um deles está ligado a uma unidade acadêmica ou administrativa diferente e tem históricos de consolidação diferentes.

Além desses personagens, nas equipes de todos os museus há a presença de estagiários; entre dois e oito, compondo a equipe dos museus. No Dica são 6 (4 remunerados e 2 voluntários), no MMR são 2 (remunerados), no MBC são 4 (remunerados), no MUnA são 4 (remunerados) e no MUSINDIO são 5 (remunerados). Os estagiários nos museus são todos estudantes de cursos de graduação e possuem a função de compor tanto a equipe de monitores, que auxilia o público dentro do espaço do museu, quanto auxiliar na gestão e organização do museu, como por exemplo, em funções administrativas e de curadoria das atividades realizadas por estes museus. Esses estagiários remunerados são, na verdade bolsistas de extensão, cujos pagamentos são responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e cultura da UFU, por meio de negociações do SIMU, revelando assim a importância desse órgão e evidenciando sua dependência, enquanto museus universitários, com a estrutura universitária (Bruno, 1997; Meireles, 2015).

Dentre os museus, o Dica e o MMR possuem, além dos bolsistas de extensão, estagiários voluntários (estudantes de cursos de graduação da UFU) em seu quadro de colaboradores. Além desses, a coordenadora do MBC destacou que, apesar de não ter voluntários no momento, é comum que eles façam parte da equipe: *“atualmente nós estamos só com os bolsistas. [...] a gente tem também os mediadores que são bolsistas, atualmente a gente tem 4 bolsistas, mas a gente sempre tem algum voluntário”*.

Os museus carecem de um profissional em museologia; somente no MUSINDIO há a presença efetiva de um museólogo. Ele é responsável por pensar estratégias de manutenção tanto do funcionamento do museu quanto de seus trabalhos realizados dentro e fora de seu espaço físico. O fato de o museu estar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura pode ter contribuído para que ele fosse o primeiro dentre os cinco museus a receber um museólogo através das ações que o SIMU tem realizado para a melhoria dos museus vinculados. Isto demonstra que os museus vinculados ao SIMU ainda necessitam de ações para regulamentação deles juntos às Leis do Instituto Brasileiro de Museus, que além de regulamentarem o funcionamento dos museus e suas obrigações enquanto instituições museais, determina através da Lei Nº 7.287 que eles devem ter a presença de um museólogo em suas atividades. Além disso, vemos que os museus não estão em coerência com o Código de Ética do ICOM, que determina que os museus devem funcionar dentro da legalidade, e isto passa por obedecer às leis que referenciam a presença do museólogo dentro dessas instituições. Por consequência, a equipe envolvida no museu muita das vezes necessita realizar tarefas que não estão dentro da formação de cada um dos integrantes, exemplificando os grandes desafios no processo de gerir um museu. Em soma, o MUnA relatou possuir uma equipe terceirizada de funcionários, que ocupam cargos de secretaria, vigilância e limpeza do local, e o Dica possui uma secretária terceirizada enquanto os outros possuem funcionários que são diretamente ligados à UFU.

É importante lembrar que o museu funciona sob a condição de disponibilidade de pessoal; suas ações e demandas são efetivadas quando há pessoas para as realizarem, e ter uma equipe adequada disponível é de suma importância à continuação do trabalho realizado por essas instituições. Nesse sentido, reforçamos a importância que o SIMU tem na direção de auxiliar os museus a levarem suas demandas à universidade, a fim de que os museus possam realizar suas atividades de forma adequada.

Em todos os museus a organização das equipes variou bastante ao longo do tempo, tanto em relação aos bolsistas quanto aos colaboradores, dependendo dos apoios recebidos, sejam eles advindos da universidade ou de projetos aprovados externamente. Esse fato revela uma fragilidade desses museus, enquanto universitários, pois a sua estrutura é extremamente dependente das oscilações políticas e administrativas a que se submete a própria universidade.

Assim, entendemos que a variação deste número é grande, dificultando a organização das equipes por um longo prazo, se levarmos em consideração que os museus necessitam de pessoal para que tanto os processos de curadoria e manutenção ocorram de forma confortável. Além disso, segundo Marandino (2016), o discurso presente nas exposições depende das

negociações com a equipe envolvida, desse modo, a variação da equipe educativa do museu pode impactar nas narrativas presentes nas diferentes exposições do museu.

Consideramos importante destacar que, em alguns museus, além das ações extensionistas, são palco de projetos de pesquisa, como é o caso do Dica, do MUnA e do MBC, e ensino como o MMR, o Dica e o MUnA, demonstrando assim que como museus universitários, caracterizam como um espaço propício ao desenvolvimento de pesquisas e habilidades acadêmicas (Bruno, 1997; Meirelles, 2015).

6.2 EXPOSIÇÕES

Tabela 5 – Características das exposições dos museus vinculados ao SIMU

Museus	Exposições fixas	Exposições sazonais	Exposições itinerantes	Tipo de exposição
Museus Biodiversidade do Cerrado	sim	sim	Sim	biologia
Museu do Índio	sim	sim	Sim	etnografia
Museu Diversão com Ciência e Arte	sim	sim	Não	ciência
Museu Minerais e Rochas	sim	não	Não	mineralogia
Museu Universitário de Arte	sim	sim	Não	artística

Fonte: A autora.

Assim, é possível perceber que os museus possuem realidades diferentes quanto a disposição de seus acervos ao público. O museu DICA possui exposições de ciências e, apesar de seu foco ser a Física, transita entre as áreas da Biologia, Química e Astronomia, usando sempre uma linguagem que remete à arte, trazendo o lúdico em suas exposições (DICA, 2020).

O MBC é um museu de ciências, que abrange exposições de Biologia – onde são apresentados os biomas do cerrado – mas também apresenta exposições de cunho histórico e artístico, frutos de parcerias entre outros museus como o MUSINDIO e o MUnA (coordenadora MBC – entrevista). O MMR também é um museu onde sua exposição é de cunho científico; seu acervo remete ao estudo das rochas e minerais da região onde se encontra (MMR, 2020). O MUSINDIO é um museu etnográfico, onde suas exposições contextualizam a presença e a constante luta pela permanência e sobrevivência dos povos indígenas no território brasileiro (coordenadora MUSINDIO – entrevista). E o MUnA é um museu de Artes, que traz a contemporaneidade nas obras de artistas consagrados regionalmente e nacionalmente (coordenadora MUnA – entrevista).

Nos cinco museus, foi registrada a existência de exposições de longa duração. No site do museu Dica (DICA, 2020) encontramos informações sobre exposições temporárias e itinerantes, como a exposição sobre bolhas de sabão e o telescópio itinerante e, além disso, os entrevistados dos museus MUnA, MBC, DICA e MUSINDIO relataram ter exposições temporárias, ditas sazonais, realizadas tanto com materiais pertencentes aos museus quanto com parcerias firmadas entre o museu e a comunidade local, através de artistas regionais.

Então nós recebemos um recurso, [...] e estava prevista uma exposição sobre a cerâmica, [...] então nós tivemos essa exposição de cerâmica vendável e nós fizemos a exposição [...] a exposição ficou até o final do ano nós a mantivemos até janeiro/fevereiro porque nós já íamos para o mês de abril fazer a abertura de uma nova exposição [...] aí ficamos com essa exposição engavetada né, praticamente quase tudo pronto.

(Coordenadora MUSINDIO - entrevista)

Dentro da realidade dos museus DICA, MUnA e MUSINDIO, percebemos que o momento atual que vivemos - por consequência da epidemia do Coronavírus - influenciou na manutenção destas exposições. Os museus passavam por renovação de suas exposições disponíveis ao público quando foram obrigados a pausarem seus trabalhos por tempo indeterminado. Isso acarreta consequências consideráveis a estes espaços, uma vez que trabalhando com acervos não pertencentes ao museu significa seguir prazos e condutas que devem estar de acordo com a disponibilidade e interesse do artista envolvido, como destacada na fala da coordenadora do MUnA:

Quando a pandemia chegou nós estávamos entre uma exposição e outra, nós estávamos desmontando uma exposição e montando outra [...], nós da coordenação do museu junto com o artista que tinha sido selecionado no edital [...] nós desistimos, nós abortamos a abertura, [...] e ele resolveu levar os trabalhos de volta, [...] então nós estamos desde março sem nenhuma exposição montada.

(Coordenadora MUnA - entrevista)

Nos museus MMR, Dica e MBC, temos a presença de exposições permanentes, provenientes de acervo próprio. Isso traz o benefício de seus acervos estarem disponíveis ao público de forma constante, sem a insegurança de depender de situações externas à realidade do museu para execução das mesmas, porém, a possibilidade de certas parcerias para a realização de exposições temporárias não é totalmente descartada por eles.

[..] a gente tem o acervo permanente que fica continuamente no Siquierolli que é composta por animais taxidermizados e a gente tem também as exposições temporárias e essas de diversas temáticas e tipos [...], tem tanto a parte desenvolvida pelo museu como as parcerias.

(Coordenadora MBC - entrevista)

6.3 ESPAÇO FÍSICO

Tabela 6 – Disposição dos espaços físicos dos museus

Museus	Espaço próprio	Espaço temporário	Inadequações
Museus Biodiversidade do Cerrado	não	sim	sim
Museu do Índio	não	sim	sim
Museu Diversão com Ciência e Arte	não	sim	sim
Museu Minerais e Rochas	sim	não	sim
Museu Universitário de Arte	sim	não	sim

Fonte: A autora.

Os museus em questão apresentam situações distintas quanto ao espaço físico que ocupam. Encontramos na fala do coordenador do MMR (em entrevista) a afirmação de que “o pessoal às vezes acha que o museu é só parte expositiva, e não é”. Assim, de acordo com o coordenador, o museu pode ser dividido em dois grandes espaços físicos: a área expositiva, onde são realizadas as atividades disponíveis ao acesso e interação do público; e a área onde o acervo do museu fica armazenado, dito reserva técnica. Ambos os espaços precisam de adequações mínimas para que o museu tenha condições de realizar tarefas específicas e proporcionar a melhor experiência ao público.

Quanto à área expositiva, é possível perceber a carência de três entre os cinco museus entrevistados em possuir um local próprio para o museu. O MUSINDIO está locado em uma casa alugada pela universidade próxima ao campus Santa Mônica; o MBC e o Dica se encontram sediados em um parque dentro do município de Uberlândia. Nesse sentido, a existência desses museus nesses espaços depende das negociações que a UFU enquanto instituição é capaz de fazer com a administração da cidade. Isso reforça as ideias de que, enquanto museus universitários, os museus não dependem apenas das políticas e regulações relacionadas aos espaços e funções museais, estando também vinculados à realidade do ambiente universitário (Bruno, 1997). Em ambas as situações, é possível perceber a dependência destes museus às ações e aos acordos que a universidade realiza com órgãos como a Prefeitura de Uberlândia, para que estes museus tenham um espaço onde possam realizar suas atividades, ainda que de forma inadequada.

Olha, o espaço físico do museu ele na verdade não é um espaço destinado a ser museu, primeiro. Ele é um imóvel alugado, então ele era uma casa, uma residência, e como residência ele tem os quartos onde eram quartos, dormitórios. [...] Realmente eu acho que se você perguntasse qual é a necessidade número um do museu, eu diria uma sede própria e adequada.

(Coordenadora MUSINDIO - entrevista)

Assim, apenas o MMR e o MUnA estão instalados em prédios pertencentes à UFU, que dá uma segurança maior, mas ainda assim é dependente das decisões das instâncias superiores da universidade por ser a ela submissa (Bruno, 1997).

Quanto à reserva técnica, também encontramos realidades diferentes entre os museus, porém a maioria nos mostram as condições inadequadas que estes museus possuem para armazenar seus acervos, como os museus Dica e MBC, que em entrevista disseram ter locais

para o armazenamento de seus materiais fora do espaço físico dos museus, a dizer, uma sala no bloco 3E do campus Santa Mônica e no bloco 4KJU do campus Umuarama da UFU, respectivamente; os museus MMR e MUSINDIO, que possuem a realidade mais inadequada entre todos eles, não possuindo espaço de reserva técnica apropriado, tendo que armazenar seus materiais espaços destinados a realização de outras atividades.

Na realidade geral dos museus, conseguimos encontrar diversas inadequações. O Museu Minerais e Rochas está sediado no segundo andar de um prédio da universidade no campus Santa Mônica. O coordenador aponta que o espaço que o museu ali ocupa comporta o acervo e as atividades realizadas pelo museu, porém por não estar no térreo a limitação de visitação é grande, devido a não acessibilidade oferecida pelo local.

O Museu Universitário de Arte também sedia um espaço próprio. O espaço é primordialmente uma casa, com adaptações realizadas para se transformar em um espaço onde o museu possa realizar suas atividades. Apesar disso, o museu também apresenta carência quanto o acesso do público a todos os espaços disponíveis, por se tratar de um espaço que possui dois andares.

É uma casa, tem a cara de uma casa, não é muito grande, [...] tem dois andares, basicamente, tem a galeria, [...] tem a sala de reserva técnica, [...] no segundo andar tem as salas administrativas, tem sala de multimídia também mezanino nós temos uma rampa né [...] que dá acesso ao quintal.

(Coordenadora MUnA - entrevista)

O Museu Biodiversidade do Cerrado ocupa um espaço cedido pela Prefeitura de Uberlândia à UFU por meio de parceria, onde fica sua parte expositiva. O espaço é propício à realização de atividades que envolvam o bioma abordado pelo museu, porém, fica evidente na fala da entrevistada a insegurança do museu quanto à permanência no local, visto que o acordo de permanência no parque é revisado anualmente, dependendo de como é prevista a relação da universidade com a prefeitura naquele ano.

Ao chegar no museu, ele é uma construção bem distinta, porque ele é todo de madeira até o telhado[...] e é um espaço bem amplo, bem grande, bem aberto. Não foi feita uma adequação totalmente [...], mas ele é um ambiente bem aberto, bem espaçoso, de fácil trânsito.

(Coordenadora MBC - entrevista)

O Museu Diversão Com Ciência tem sede no Parque Gávea, no município de Uberlândia. Através de acordo firmado com a prefeitura do município, as atividades do museu são desenvolvidas no local, diferenciando-o dos dois últimos dois museus citados pelo conforto

que o museu possui em não estar em situação de vulnerabilidade quanto ao espaço que ocupa. O local é de fácil acesso a todos os públicos propostos, facilitando assim que o museu tenha um fluxo de visitantes relativamente grande.

Vemos com clareza que os objetivos ICOM descritos no Código de Ética ainda não se fazem presentes por completo na realidade destes museus. Por não terem autonomia em suas tomadas de decisões, os museus acabam por depender das decisões da universidade, e ações de suma importância - como adequações em seu espaço físico - não podem ser executadas sem a aprovação do órgão superior. Além disso, os museus precisam de recursos disponíveis para que suas ações cheguem ao público (ICOM, 2017), e estes recursos passam por haver um local adequado e permanente para que estes museus possam desenvolver seu trabalho.

6.4 ACESSIBILIDADE

Tabela 7 – Acessibilidade nos museus da UFU

Museus	Acessibilidade física	Acessibilidade de comunicação
Museus Biodiversidade do Cerrado	não	não
Museu do Índio	não	não
Museu Diversão com Ciência e Arte	não	não
Museu Minerais e Rochas	não	não
Museu Universitário de Arte	não	não

Fonte: A autora.

Na norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), encontramos que o termo *acessibilidade* é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” Ainda segundo a norma, um espaço ou elemento passivo de alcance é dito *acessível* quando pode “ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.”. Sendo assim, o termo acessível

implica tanto acessibilidade física como de comunicação, porém, neste trabalho iremos focar na acessibilidade física.

A acessibilidade nas áreas de comum acesso dos museus está diretamente ligada ao espaço físico que é disponível a eles. O processo de inclusão do máximo número possível de públicos passa por uma boa acessibilidade do local (Sarraf, 2008), que garantirá condições básicas para o acesso e permanência de qualquer pessoa que desejar visitar o museu. Por consequência, havendo acessibilidade de acesso ao museu, é possível pensar em acessibilidade nas exposições, dando a oportunidade de uma melhor experiência ao visitante.

Neste sentido, todos os museus demonstraram interesse em executar projetos que tornem seus espaços de visitação mais acessíveis, que vão desde inclusão de opções de acesso, como elevadores, até a adequação de espaços internos, como banheiros e bebedouros, o que no contexto de acessibilidade garante que os museus sejam fisicamente acessíveis (ABNT, 2004). Além disso, considerando outras formas de acessibilidade - como a de comunicação - os museus demonstram ter projetos bem definidos, como por exemplo, a disponibilidade de objetos nas exposições que sejam passivos de toque, sem que haja riscos ao visitante ou estragos ao objeto. Conseguimos também perceber a preocupação por parte deles em como essas ações serão executadas, para que haja êxito no planejado pelo museu, como exemplificado na fala da coordenadora do MUnA:

Desde quando estou na coordenação esse tema apareceu principalmente nas exposições do plano museológico e a gente fica pensando como executar ne, como executar um projeto de acessibilidade pro museu.

(Coordenadora MUnA - entrevista)

Novamente conseguimos perceber o quão dependente da universidade os museus são. Apesar dos museus demonstrarem já ter projetos para que seus espaços e suas atividades sejam mais acessíveis, somente com os recursos que a UFU pode disponibilizar é possível que estes projetos sejam postos em prática, o que não retrata a realidade. Os museus universitários não podem tomar decisões sem que antes elas sejam aprovadas e amparadas pela universidade, e isso reflete na falta de autonomia que estes museus têm.

A inserção equivocada no organograma universitário, a ausência de instalações tecnicamente adequadas para a implementação do processo curatorial, o não reconhecimento da produção científica relacionada aos estudos museológicos, os impedimentos referentes à progressão das carreiras docentes e técnicas no âmbito dos museus, são apenas alguns dos indiscutíveis sintomas que constroem essas instituições em relação às suas responsabilidades sociais.

(Bruno, 1997, pág. 49)

Apesar do desejo em tornar seus espaços acessíveis e inclusivos, nem sempre este desejo consegue ser realizado. Aos museus que não possuem espaço físico próprio (como o MUSINDIO), há a limitação de execução, no sentido de que estes museus dependem da aprovação dessas ações por parte dos donos ou responsáveis por este local, o que geralmente torna impossível a realização de mudanças nesses espaços. Mesmo assim, estes museus demonstram que o assunto está constantemente na pauta de ações que o museu necessita executar, demonstrando a preocupação destas instituições em oferecer a melhor experiência possível ao público.

Nós temos projetos, mas a grande questão que ainda pesa é justamente o fato de que como que você pensa uma inclusão no caso até de pessoas com deficiência? nós não temos como atender pessoas com deficiência porque nós não temos acessibilidade universal né, não temos. Teria condição de fazer? não porque como é um imóvel alugado a universidade não pode investir num espaço que não seja dela, que depois ela vai ter que fazer obras, é uma série de coisas.

(Coordenadora MUSINDIO - entrevista)

Nesse contexto, como museus universitários (Bruno, 1997; Meirelles, 2015), as principais dificuldades relacionam-se ao fato de que os recursos direta ou indiretamente são dependentes da estrutura orçamentária da universidade. Destacamos que, para o museu exercer seu papel de prestador de serviços à comunidade (Bruno, 1997; ICOM, 2017), é necessário que os museus possuam melhores condições quanto aos seus espaços físicos, a fim de que seu público tenha pleno acesso aos museus.

6.5 DESAFIOS

Os museus enfrentam situações inerentes às suas práticas, sendo elas gerais ou específicas. Um dos maiores desafios que o museu pode enfrentar em sua essência é cumprir as funções que um museu deve ter (ICOM, 2017). Além disso, há dificuldades a serem enfrentadas na realidade singular do museu, que podem influenciar de forma direta às práticas da instituição.

Na fala dos entrevistados, é possível perceber que a verba direcionada a eles limita as ações que são planejadas. Por esses museus estarem vinculados a institutos da universidade, espera-se que o museu tenha maior visibilidade quantos aos recursos a eles destinados, porém, essa não é a realidade. Justamente por isso, os museus dependem da decisão de superiores que, quando possível, destinam aos museus recursos financeiros e de pessoal, evidenciando a responsabilidade que o museu possui em gerir o que lhe é concedido. Vemos isto exemplificado na fala do ex-coordenador do DICA:

Você tem o público e a gestão de verbas, as verbas nem sempre saem do jeito que a gente gostaria. [...] As aplicações dos recursos que a universidade entrega, isso cabe aos gestores do museu.

(Coordenador Museu DICA - entrevista)

Outro grande desafio enfrentado é a falta de profissionais especializados em gestão de museus dentro desses espaços. Na fala da entrevistada do MUnA, fica evidente o desejo e a necessidade de que os museus possuam um especialista em museus, que os auxiliem a traçar metas para que o museu vá se adequando ao espaço e ao tempo.

A gente precisaria que os museus tivessem um museólogo que auxiliasse na elaboração do plano museológico, porque alguns desses projetos o museu só pode participar se atende alguns desses requisitos e infelizmente a gente não consegue.

(Coordenadora MUnA - entrevista)

Ainda é possível ver nas entrevistas a importância que o Sistema de Museus (SIMU) tem dentro do contexto dos museus vinculados à UFU. Os entrevistados deixaram evidente que as demandas dos museus podem ser melhor atendidas se o pedido que chega à UFU for feito em conjunto, através do SIMU, que tem o poder de unificá-lo e intensificá-lo, como é visto na fala da coordenadora do MBC:

Acho que seria importante também a gente levar essas questões pro Sistema de Museus, para ser pensado com a Diretoria de Cultura, para ser pensado de uma forma mais ampla, para todos os museus, porque fazer um projeto maior de todos os museus universitários é mais fácil de ser executado do que um projeto individual.

(Coordenadora MBC - entrevista)

Além de levar as demandas gerais dos museus à UFU, o SIMU tem a grande missão de trazer recursos aos museus, sejam eles monetários, de pessoal ou de materiais diversos. Tendo o SIMU a função de congregar os museus ligados à universidade, cabe a ele fomentar o que for necessário ao crescimento destes museus, para que cada vez mais tenhamos melhores condições de trabalho nestes espaços.

Na tentativa de amenizar os efeitos de tantos desafios, os museus demonstram que sempre estão dispostos a fazerem o que está em suas alçadas para que suas ações sejam de grande êxito. Na carência de novos recursos, é possível que o museu trabalhe com o que já lhe é disponível, bem como busque parcerias dentro da universidade, a fim de que seus objetivos sejam cumpridos.

Uma primeira coisa que a gente tem feito é buscar acesso à informação. Então [...] nós temos buscados essas ações e incentivado que toda a equipe fizesse o mesmo pra gente começar um processo de conhecer, de abrir os olhos e ouvidos para essa questão também. Então a gente em primeiro lugar tem buscado se informar [...], porque realmente é algo que nós temos uma carência né já a algum tempo. E aí nós tentamos buscar na instituição alguém que já realiza esse tipo de trabalho.

(Coordenadora MBC – entrevista)

6.6 PAPEL DA UNIVERSIDADE

As universidades exercem um papel importante na vida destes museus. É delas que vêm os recursos promovidos, além de que toda a conduta do museu deve estar em conformes com as ideias defendidas pelas universidades (Bruno, 1997; Meirelles, 2015). É imprescindível que os museus tenham por parte das universidades a disponibilidade de recursos e apoio, que vão desde a liberação de verba para a realização de atividades e a oferta de pessoal para compor o

quadro de colaboradores, como também a disposição de ouvir as demandas e propostas que estes museus levam a universidade.

Acho que apoio de divulgação, como te falei, tentar fazer uma varredura de quais são as expertises que estão dentro da universidade que podem colaborar no projeto.

(Coordenadora MUnA - entrevista)

Na fala dos entrevistados, é possível perceber que, apesar da universidade possuir canais de ouvidoria pré-estabelecidos para comunicação com estes museus, alguns pontos ainda precisam de ajustes. Percebe-se a carência que os museus possuem quanto à resolução de questões notificadas à universidade, questões essas que fogem da alçada do museu enquanto instituição pertencente a um órgão maior.

A universidade pode desenvolver políticas mesmo né, de fato também voltar pros museus [...] dentro dessas políticas buscar solucionar essas questões que a gente passa, buscar resolver situações maiores que envolvam todos os museus, diretamente tanto na questão do orçamento tanto de pessoal.[...] Entender também que nós precisamos de pessoas, da área museológica, até mesmo na área de arte, porque por mais que estejamos ligados ao instituto, as ações que tentamos implementar tem muitos empecilhos, então fica muito difícil atender ao que o museu necessita.

(Coordenadora MBC - entrevista)

A universidade tem se tornado cada vez mais presente na realidade destes museus, porém, a velocidade com que essas melhorias acontecem ainda é lenta. É preciso que a universidade volte seu olhar para estas instituições que tanto contribuem para o cumprimento do papel educacional e social que a universidade possui perante seus alunos e a comunidade local. Como diz a coordenadora do MUSINDIO (em entrevista), “vários avanços já aconteceram, mas ainda falta bastante coisa para vingar”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender os desafios e perspectivas dos museus da Universidade Federal de Uberlândia tendo por base alguns parâmetros como: O código de Ética para Museus, os objetivos de um museu universitário, os pensamentos e possibilidades sobre a realidade dos museus, bem como desafios que têm sido enfrentados por eles no decorrer de sua existência.

Apesar de apresentarem realidades específicas, os museus partilham de muitas situações que são comuns a eles. Percebemos que os museus não possuem uma equipe adequada às suas demandas. Seria necessário que o número de monitores destinados a cada um dos museus fosse determinado baseado na realidade de cada um deles, pois temos museus que possuem equipamentos que apresentam certo perigo de manuseio (como o museu Dica, que conta com um numeroso público infantil), além de museus que possuem um quantitativo de público maior que os outros, como o MUSINDIO, o Dica e o MBC, que possuem muitos visitantes que são de origem escolar. Além disto, falta a eles a presença de um museólogo em suas equipes, o que os torna incompletos quando pensamos na organização museal que deve ser seguida.

As exposições destes museus estão diretamente ligadas ao espaço físico que a eles é destinado. Vemos que os museus fazem o que é possível dentro da realidade que lhes é apresentada, oferecendo ao público exposições tanto temporárias como de longa duração, que abrangem desde o material disponível em seus acervos até exposições frutos de parcerias entre a comunidade universitária ou externa à universidade. Também é possível perceber que as exposições nem sempre são adequadas a todos os tipos de públicos, justamente pelo fato de os museus estarem em constante dependência das decisões e recursos que provêm da universidade.

Seus espaços físicos nem de longe são os adequados às suas atividades. Encontramos nas informações recolhidas a evidência de locais que não foram planejados para serem um museu, acarretando espaços pequenos, mal distribuídos em seus interiores, ou com sérios problemas quanto à locomoção de pessoas que dependam de aparatos para seu deslocamento, como cadeira de rodas ou bengala. O fato de a grande maioria deles não terem um espaço próprio para ser a sede do museu também traz a insegurança quanto a realização de atividades que poderiam ser regulares, pois o museu pode ser convidado a se retirar daquele local a qualquer momento.

Conseguimos perceber que, por decorrência do que até agora foi notado, todos os museus possuem carências quanto ao acesso e permanência em seus espaços a pessoas que

possam precisar de alguma assistência para transitarem e permanecerem nesses locais. Também é possível perceber que suas atividades não conseguem ser acessíveis a todos os públicos, pois muitos dos objetos não são passivos ao toque, ou então utilizam majoritariamente um sentido, como por exemplo a visão. Tendo em vista que os museus possuem carência de recursos, ações imediatas que visem amenizar tais situações podem estar fora da realidade destes museus que, apesar de tudo, têm o desejo de melhorarem a experiência do público dentro de seus espaços.

Grandes são os desafios destes museus enquanto museus universitários. A dependência de recursos provenientes da universidade é uma das grandes barreiras enfrentadas pelos museus, que por consequência precisam lidar com situações indesejadas, como por exemplo não ter condições adequadas de funcionamento. Neste sentido, entendemos a grande importância que o SIMU tem, conectando os museus e a universidade, com o objetivo de, tanto levar as demandas destes museus à universidade – buscando trazer recursos e apoio a eles, quanto colaborando para que a universidade conheça os seus museus, e assim possa abraçá-los e defendê-los em sua estrutura.

No intuito de dar condições para que estes museus sanem suas solicitações, acreditamos no grande papel que a universidade tem enquanto instituição superior ao qual os museus estão vinculados. Sabemos dos grandes desafios que a universidade enfrenta nos tempos atuais, como por exemplo dividir sua verba entre tantas demandas, porém, os museus desempenham um papel crucial dentro na instituição, e cabe à universidade dar a merecida importância a eles.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

_____. Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: ago. 2020

_____. Decreto n.º 914, de 06 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm>. Acesso em: ago. 2020

_____. Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: ago. 2020

_____. Decreto n.º 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: ago. 2020

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: ago. 2020

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004.) Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9050.

BRASIL. Lei federal nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm>. Acesso em. ago. 2020

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em. ago. 2020

BRASIL. Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em. ago. 2020

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: ago. 2020

International Council of Museums (ICOM). Statutes As amended and adopted by the

Extraordinary General Assembly on 9th June 2017 (Paris, France), 2017. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/2017_ICOM_Statutes_EN.pdf>. Acesso em: nov. 2020

International Council of Museums (ICOM). ICOM Code of Ethics for Museums, 2017. Disponível em: <<https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-En-web.pdf>>. Acesso em: nov. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> . Acesso em: nov. 2020

BIBLIOGRAFIA

ALVES, S. E.; SALES, N. L. L.; MARTINS, Silvia. Um olhar sobre o programa de formação continuada de professores no Museu DICA: Memória e identidade. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, 2021. (Aceito para publicação em 2021)

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. Antero Neto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa, Portugal: Edições, v. 70, 1988.

BIANCONI, M. Lucia; CARUSO, Francisco. Educação não-formal. Ciência e cultura, v. 57, n. 4, p. 20-20, 2005.

BRUNO, Cristina. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. Cadernos de Sociomuseologia, v. 10, n. 10, 1997.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista brasileira de enfermagem, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elise de Melo Borba. Recursos didáticos na educação especial. Benjamin Constant, n. 5, 1996.

DE SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça; DE MELO, Marcelo Soares Tavares; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

HSIEH, Hsiu-Fang; SHANNON, Sarah E. Three approaches to qualitative content analysis. Qualitative health research, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005.

LOURENÇO, Márcia Fernandes. A inclusão no museu de zoologia da usp: recursos educativos especiais. Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas, n. Extra, p. 1220-1226, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. *Revista da Sobama*, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados*, v. 7, 2008.

MARANDINO, Martha et al. Educação em museus: a mediação em foco. São Paulo: Geenf/FEUSP, v. 1, p. 48, 2008.

MARANDINO, Martha. The expositive discourse as pedagogical discourse: studying recontextualization in the production of a science museum exhibition. *Cultural Studies of Science Education*, v. 11, n. 2, p. 481-514, 2016.

MARTINS, Patrícia Roque. A Inclusão pela Arte: Museus e Públicos com deficiência visual. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.

MARTINS, Patricia Roque. A inclusão social tem influência nas práticas museais? O acesso dos públicos com deficiência. *MIDAS. Museus e estudos interdisciplinares*, n. 2, 2013.

MCMANUS, Paulette M. Topics in museums and science education. 1992.

MEIRELLES, Lúcia Maria. Educação e etnografia: a experiência do Museu do índio Universidade Federal de Uberlândia (1987-2000). 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2002.40>

MEIRELLES, Lúcia Maria. University museums e public policies: management, experiences e dilemmas at Federal University of Uberlândia, 1986-2010. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16333/1/MuseusUniversitariosPoliticas.pdf>

MENDONÇA, Lúcia Glicério. Museus universitários: de legisladores do saber a interpretes de culturas. SEMEDO, Alice; NASCIMENTO, Elisa Noronha; CENTENO, Rui (Coords.) *Atas do Seminário Internacional “O Futuro dos Museus Universitários em Perspetiva”*. Porto: Universidade do Porto, p. 80-87, 2014.

MICHELON, Francisca Ferreira. Museus universitários: uma política para estes lugares de conhecimento. *Expressa Extensão*, v. 19, n. 2, p. 165-168, 2014.

NUNES, N. A. PRAÇA PASSARINHAR: INVESTIGANDO OS BASTIDORES DA TRANSPOSIÇÃO MUSEOGRÁFICA DE UMA EXPOSIÇÃO DO MUSEU DIVERSÃO COM CIÊNCIA E ARTE (DICA). Dissertação (Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto de Física, Instituto de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2017.

OLIVEIRA, Denyse; GUIMARÃES, Vanessa. Idosos no Museu da Vida—uma experiência que dialoga com a acessibilidade e interação. *Journal of Science Communication, América Latina*, v. 3, n. 1, p. A05, 2020.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em Universidades Públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 4, p. 88-102, 2013.

ROSS, Max. Interpreting the new museology. *Museum and society*, v. 2, n. 2, p. 84-103, 2004.

SANTANA, Flávia Ribeiro; NOGUEIRA-FERREIRA, Fernanda Helena. O Museu de Biodiversidade do Cerrado e a sua ação educativa. *Revista Em Extensão*, v. 8, n. 2, 2009.

SARRAF, Viviane Panelli et al. A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças. 2013.

SARRAF, Viviane Panelli. Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TORRES, Heidie da Silva; LOPES Lucas da Silva; ODASHIMA, Mariana Mieke. Ensino de Física para surdos: Problematizando a carência de materiais inclusivos. In: I Encontro Mineiro de Ensino de Física, 2019, Uberaba. Reflexões sobre o Ensino de Física: diálogos em formação, 2019

WHITE, Marilyn Domas; MARSH, Emily E. Content analysis: A flexible methodology. *Library trends*, v. 55, n. 1, p. 22-45, 2006.

SITES CONSULTADOS

MUSEU DE BIODIVERSIDADE DO CERRADO. Disponível em: <http://www.mbc.ib.ufu.br/?fbclid=IwAR1c8sRT4rLIV2mP9l50soDCOO8ICSCS2DpCHZeWQvyNH5CS1O6b_M4DQ90>. Acesso em: maio. 2020.

MUSEU DE MINERAIS E ROCHAS. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/museu-de-minerais-e-rochas>>. Acesso em: maio. 2020.

MUSEU DO ÍNDIO. Disponível em: <<https://www.musindioufu.com/>>. Acesso em: maio. 2020.

MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARTE. Disponível em: <<http://www.muna.ufu.br/>>. Acesso em: maio. 2020.

MUSEU DIVERSÃO COM CIÊNCIA E ARTE. Disponível: <<https://dicaufu.com.br/>>. Acesso em: maio. 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A ENTREVISTA

1. Quando a instituição foi fundada?
2. Onde está situada?
3. Está vinculada a algum órgão/instituição superior? Qual?
4. Qual temática a instituição aborda (qual o tema de seu acervo fixo)? Qual é a importância desse tema para a sociedade no geral?
5. Qual é a missão da instituição?
6. Qual a abrangência da instituição (do que ela trata)?
7. Qual é a composição do quadro de colaboradores?
8. Qual (is) exposição (ões) está (ão) em andamento?
9. Como pode ser descrito o espaço físico (em termos do espaço que o museu ocupa e a estrutura física que ele possui)?
10. Como é tratado o tema “acessibilidade” tanto pela equipe de curadoria quanto pela equipe de monitoria?
11. Há alguma ação em vigor que visa promover acessibilidade para o local e suas exposições?
12. Qual parte do museu pode ser considerada não acessível?
13. O que é possível para tornar a instituição (mais) acessível?
14. Quais são os maiores desafios de implementar políticas de acessibilidade na instituição?
15. Como a universidade pode contribuir para a promoção da acessibilidade na instituição?